

## A linguagem como cultura na antropologia norte-americana: três paradigmas<sup>1</sup>

### Language as culture in US anthropology: Three paradigms

Alessandro Duranti<sup>2</sup>  
University of California at Los Angeles (UCLA)  
[aduranti@anthro.ucla.edu](mailto:aduranti@anthro.ucla.edu)  
<https://orcid.org/0000-0001-7880-0356>

Tradução: Bruno Reinhardt<sup>3</sup> e Daniel do Nascimento e Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** O estudo da linguagem como cultura na antropologia norte-americana reúne um conjunto de práticas diferentes, muitas vezes não inteiramente compatíveis, que podem ser compreendidas por meio da identificação de três paradigmas historicamente relacionados. Enquanto o primeiro paradigma, iniciado por Franz Boas, focava predominantemente na documentação, descrição gramatical e classificação (especialmente das línguas nativas americanas) e estava centrado na relatividade linguística, o segundo paradigma, desenvolvido nos anos 1960, tomou proveito de novas tecnologias de gravação e novos desenvolvimentos teóricos para examinar o uso da linguagem em contexto, introduzindo novas unidades de análise, tais como o evento da fala. Embora fosse considerado parte da antropologia em geral, o segundo paradigma configurou uma distância intelectual em relação ao resto da antropologia. O terceiro paradigma, com seu foco na formação da identidade, narratividade e ideologia, constitui uma nova tentativa de conexão com o resto da antropologia, estendendo os métodos linguísticos ao estudo de usos previamente identificados em outros (sub)campos. Embora cada novo paradigma reduza a influência e o apelo do

<sup>1</sup> Tradução do artigo: Duranti, Alessandro (2003) "Language as Culture in U.S. Anthropology". *Current Anthropology* 44(3): 323-347. A editoria e os tradutores agradecem ao editor de *Current Anthropology*, Laurence Ralph (Princeton University), bem como à University of Chicago Press por nos permitir publicar gratuitamente a versão em português deste artigo.

<sup>2</sup> Distinguished Professor of Anthropology, Department of Anthropology, University of California at Los Angeles.

<sup>3</sup> Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina. [bmnreinhardt@gmail.com](mailto:bmnreinhardt@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3853-5927>

<sup>4</sup> Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina. [dnsfortal@gmail.com](mailto:dnsfortal@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6098-5185>

anterior, os três paradigmas persistem hoje. O confronto de suas diferenças constitui uma contribuição para a disciplina.

**Palavras-chave:** Paradigma de Pesquisa; História da Antropologia nos EUA; Linguística Antropológica; Antropologia Linguística.

**Abstract:** The study of language as culture in U.S. anthropology is a set of distinct and often not fully compatible practices that can be made sense of through the identification of three historically related paradigms. Whereas the first paradigm, initiated by Boas, was mostly devoted to documentation, grammatical description, and classification (especially of North American indigenous languages) and focused on linguistic relativity, the second paradigm, developed in the 1960s, took advantage of new recording technology and new theoretical insights to examine language use in context, introducing new units of analysis such as the speech event. Although it was meant to be part of anthropology at large, it marked an intellectual separation from the rest of anthropology. The third paradigm, with its focus on identity formation, narrativity, and ideology, constitutes a new attempt to connect with the rest of anthropology by extending linguistic methods to the study of issues previously identified in other (sub)fields. Although each new paradigm has reduced the influence and appeal of the preceding one, all three paradigms persist today, and confrontation of their differences is in the best interest of the discipline.

**Keywords:** Research Paradigm; History of Anthropology in The U.S.A.; Anthropological Linguistics; Linguistic Anthropology.

## Introdução

O estudo da linguagem como cultura na antropologia norte-americana não é um campo unificado, mas sim um conjunto de práticas analíticas e teóricas diferentes, muitas vezes não inteiramente compatíveis, sobre os fenômenos linguísticos<sup>5</sup>. As diferenças entre essas práticas podem ser entendidas por meio da identificação de três paradigmas historicamente relacionados – numa dinâmica em que o paradigma posterior reduz a influência e a força do anterior, mas não o substitui na sua totalidade. A coexistência pacífica de vários paradigmas pode ter sido favorecida pelo fato de suas/seus pesquisadoras/es terem evitado o confronto público e a publicação de críticas recíprocas. Ao mesmo tempo, a ausência de um debate interno entre as pessoas que seguiam os diferentes paradigmas dificultou a sistematização dos postulados teóricos, promovidos durante o século passado, sobre a natureza da lin-

<sup>5</sup> Versões anteriores deste artigo foram apresentadas na University of California at Berkeley, na Emory University e na Università di Padova. Agradeço às pessoas que participaram desses eventos por seus comentários e sugestões. Também me beneficie de comentários detalhados sobre uma versão anterior feitos por Niko Besnier, Dell Hymes, Adrienne Lo, Sarah Meacham, Elinor Ochs e quatro pareceristas anônimas/os de *Current Anthropology*. Quaisquer erros, interpretações errôneas ou omissões restantes são, naturalmente, apenas meus.

guagem como recurso cultural e como prática social. Além disso, a falta de asserções claras sobre o que constitui uma visão antropológica da linguagem é em parte causadora do isolamento sofrido por pessoas que estudam linguagem como cultura em relação à antropologia e à linguística. As perspectivas antropológicas atuais sobre a linguagem como cultura não podem ser facilmente adotadas ou desafiadas por pessoas de outros campos (por exemplo, linguística, psicologia, sociologia) ou outros subcampos da antropologia (por exemplo, arqueologia, antropologia sociocultural, antropologia biológica) porque suas suposições são geralmente implícitas em vez de explícitas, além de dispersas em estudos de caso em vez de reunidas em trabalhos sintéticos e compreensíveis. Há, portanto, uma necessidade de reexaminar a história dos estudos linguísticos na antropologia norte-americana, onde a perspectiva boasiana sobre a linguagem como parte integrante da cultura (e simultaneamente uma janela para esta) continua a ser um argumento para a inclusão da análise linguística na formação antropológica.<sup>6</sup>

Em uma discussão anterior sobre as diferentes denominações que o estudo da linguagem como cultura recebe – antropologia linguística, linguística antropológica, etnolinguística e sociolinguística – argumentei que mais do que sinônimos esses rótulos consistem em diferentes orientações teóricas e metodológicas em relação ao seu objeto de estudo (Duranti, 2001a). Neste artigo, irei um passo além ao adotar a noção de mudança de paradigma como um recurso heurístico para compreender as profundas mudanças que vêm ocorrendo na forma como a linguagem é estudada. A ideia de mudança de paradigma deriva, naturalmente, do trabalho de Kuhn (1962) sobre revoluções científicas; mas, ao contrário de Kuhn, presumo que o advento de um novo paradigma não significa necessariamente o completo desaparecimento do antigo (o próprio Kuhn duvidou que as ciências sociais tivessem paradigmas como aqueles por ele identificados nas ciências físicas [p. 15]). No meu uso do termo aqui, um paradigma é historicamente circunscrito (ou seja, é o produto de um conjunto particular de práticas de fazer e promover ciência), mas não necessariamente perde validade quando surge um novo paradigma.

Na verdade, velhos e novos paradigmas podem coexistir e continuar a se influenciar mutuamente através do que Peter Galison (1999) chamou de “zonas de comércio”, nas quais cientistas com diferentes convicções podem coordenar esforços e trocar “mercadorias” (por exemplo, informação). Para a física, Galison dá como exemplo os laboratórios. No estudo do uso da linguagem, laboratórios (por exemplo, o Language Behavior Research Laboratory [Laboratório de Pesquisa em Comportamento Linguístico] da Universidade da Califórnia em Berkeley), organizações profissionais (por exemplo, The Society for Linguistic Anthropology [Sociedade de Antropologia Linguística, SLA] e a Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas [Sociedade para o Estudo das Línguas Indígenas das Américas, SSILA]) e periódicos permitem que pesquisadoras/es se encontrem em torno de interesses comuns (por exemplo, um tópico, língua ou área linguística específica) e troquem informações relevantes apesar de suas diferenças teóricas e metodológicas.

Além disso, enquanto pesquisadoras/es individuais são bastante importantes no desenvolvimento de um novo paradigma ou no reforço da validade de um paradigma estabelecido, um pa-

---

<sup>6</sup> Devido a limitações de espaço, não vou examinar outras tradições, por exemplo, a antropologia britânica e francesa (sobre o papel da análise linguística na antropologia britânica, ver Henson, 1974; Hymes, 1970, p. 253).

radigma, como defino aqui, não coincide necessariamente com o caminho de um/a determinado/a pesquisador/a. É possível que um ou vários indivíduos estejam “à frente” de um paradigma ou que transitem entre paradigmas diferentes. Quando examinamos a história do estudo da linguagem como cultura nos Estados Unidos, verificamos que a relação entre paradigmas e investigadores individuais, por um lado, e a relação entre paradigmas e grupos de pesquisa, por outro, é complexa e problemática, dado que as pessoas ou grupos nem sempre controlam seus próprios pressupostos ou as implicações teóricas e metodológicas do seu trabalho, ou nem sempre estão dispostos a aderir plenamente a um paradigma em detrimento de outro. Daí a necessidade de uma pesquisa histórica sobre a nossa situação atual.

A fim de alcançar esse objetivo, vou fornecer a seguinte definição funcional de “paradigma”: um projeto investigativo que tem um conjunto reconhecível e muitas vezes explicitamente declarado de (a) objetivos gerais, (b) perspectivas sobre o conceito-chave (por exemplo, linguagem), (c) unidades de análise preferidas, (d) quadro teórico e (e) métodos preferidos de geração de dados. Essa definição identifica paradigmas como um conjunto de propriedades estabelecidas com base em asserções e práticas interpretativas explícitas no estudo da linguagem. No restante deste artigo, vou identificar o período e o clima intelectual que favoreceram a emergência de diferentes paradigmas e descrever brevemente o trabalho de pesquisadoras/es que foram responsáveis pelo seu desenvolvimento. A minha apresentação não pretende ser uma revisão completa da literatura total produzida em antropologia linguística ou nas áreas de estudo correlatas durante o século passado. Em vez disso, selecionei um número relativamente pequeno de pessoas e tendências como exemplos da mudança de paradigma que proponho.<sup>7</sup>

Inevitavelmente, mergulhar num longo período da história da disciplina dentro das limitações de um artigo acadêmico obriga-me a ser sintético e assim arriscar simplificações, mesmo quando as complexidades podem ser mais gratificantes. Espero poder demonstrar que esse risco é justificado pela possibilidade de obtermos algumas observações relevantes sobre um campo de pesquisa que não é homogêneo nem caótico em suas abordagens e contribuições.

## O primeiro paradigma

O primeiro paradigma surgiu no final do século XIX como parte da concepção boasiana de uma antropologia composta por quatro áreas nas quais o estudo da linguagem era tão importante quanto o estudo da cultura, dos registros arqueológicos e da biologia. É impossível entender a consolidação deste paradigma sem levar em conta o papel desempenhado pelo Bureau of Ethnology [Escritório de Etnologia] – em seguida rebatizado Bureau of American Ethnology [Escritório de Etnologia Americana] – e seu primeiro diretor, John Wesley Powell (1834-1902). Foi Powell

---

<sup>7</sup> Meu interesse pela mudança de paradigma aqui se relaciona com o estudo de Stephen O. Murray (1993, 1998) sobre a importância da liderança intelectual e organizacional para o desenvolvimento de uma série de disciplinas, incluindo sociolinguística, etnociência e linguística antropológica. Meu foco, no entanto, é diferente: em contraste com Murray, que se concentra em um relato sociológico de liderança, formação de grupos e marginalização, eu me concentrei aqui em tendências teóricas e metodológicas gerais.

quem financiou o estudo do jovem Boas sobre o Chinook e outras línguas indígenas norte-americanas e quem contratou o trabalho que se tornou o *Handbook of American Indian Languages* [Manual de Línguas Indígenas Americanas] (Boas, 1911a; ver Darnell, 1998a; Hymes, 1970:249-51, Stocking, 1974; Voegelin, 1952).

Powell patrocinou o trabalho de campo linguístico na crença de que, coletando vocabulários e textos de línguas indígenas norte-americanas, seria possível reconstruir suas relações genéticas e, assim, ajudar na classificação das tribos indígenas do país, um objetivo prioritário do Escritório de Etnologia Americana como instituição do governo dos EUA (Darnell, 1998a). Embora Boas fosse cético quanto à possibilidade de uma correlação direta entre linguagem e cultura (e sem dúvida rejeitou qualquer relação entre linguagem e raça), ele documentou as línguas nativas norte-americanas e as suas tradições culturais, que ele entendia estarem em risco de desaparecer por causa da colonização europeia (uma prática que mais tarde ficou conhecida como “antropologia de salvamento”). Em seus escritos e cursos, Boas ampliou o escopo e elevou os padrões do trabalho de campo linguístico, que, antes dele, consistia na compilação de listas de vocabulário e no registro ocasional de mitos e lendas. Ele também comunicou a alguns de seus estudantes – particularmente Edward Sapir e Alfred Kroeber – uma paixão pela descrição linguística detalhada e a convicção de que as línguas são uma ferramenta fundamental não só para a promoção do trabalho de campo, mas também para o estudo da cultura, especialmente porque as categorias e regras da língua seriam principalmente inconscientes e, portanto, não sujeitas a racionalizações secundárias (Boas, 1911b). Foi, então, a partir da teoria e prática de Boas que se desenvolveu a visão de linguística como *ferramenta de análise cultural (ou histórica)*. Essa concepção determinou o papel central desempenhado não só pela linguagem, mas também por especialistas em linguagem na antropologia. No entanto, na terceira geração após Boas, essa concepção foi simplificada de forma utilitária (“mentalidade de serviço”), de modo que o papel de linguistas dentro de um departamento de antropologia foi reduzido a ajudar antropólogos/os culturais e sociais fazerem seu trabalho. Nem todos aceitaram esse papel secundário. Algumas pessoas migraram para os departamentos de linguística ou encorajaram seus/suas estudantes a fazê-lo (Sapir, por exemplo, aparentemente aconselhou seus estudantes a obterem o doutorado em linguística [Darnell, 1998b, p. 362]). Na minha opinião, isso foi possível porque, dentro do primeiro paradigma, linguistas em departamentos de antropologia e linguistas em outros departamentos partilhavam de muitos postulados teóricos e metodológicos. Assim, Sapir fez importantes contribuições à linguística histórica e tipológica, bem como à teoria fonológica, por exemplo, com seu argumento a favor da natureza psicológica do fonema (Sapir, 1933, 1949). É significativo dentro dessa conexão que Leonard Bloomfield – o linguista norte-americano mais influente da primeira parte do século XX – e Sapir tiveram uma relação cordial, embora competitiva (Darnell, 1990): eles compartilharam da mesma paixão, padrões gramaticais. Embora um pesquisador como Sapir tenha transcendido seus objetivos gramaticais para se aventurar no estudo da cultura (Sapir, 1949a, 1994; Silverstein, 1986), a identidade profissional predominante de quem trabalhava sob sua orientação foi a de especialistas na gramática de determinadas línguas. Apesar de sua extensa formação antropológica, esses/as linguistas conceberam a linguagem como uma entidade autônoma cuja lógica entendiam

ser sui generis, o que, portanto, exigia ferramentas especiais.<sup>8</sup> Consequentemente, a formação em fonética e morfologia foi enfatizada acima de tudo. Este foi o “capital cultural” (Bourdieu, 1985) de linguistas que trabalhavam dentro do primeiro paradigma.<sup>9</sup> No entanto, no decorrer dos anos 1950, essa especialização não era mais facilmente “comercializável” com antropólogos/os, de forma que encontramos herdeiras/os de Boas e Sapir lutando para justificar a presença de pelo menos um/a linguista em departamentos de antropologia (Voegelin; Harris, 1952, p. 326):

Em muitas universidades – onde não existe um departamento de linguística independente – o corpo docente de antropologia deve ter um/a especialista cuja competência inclua formação nos desenvolvimentos técnicos modernos da linguística. Nas universidades com um departamento de linguística independente, o departamento de antropologia deveria, de todo modo, incluir formação em linguística antropológica ministrada por um/a especialista que poderia atuar como elo entre a antropologia e a linguística.

No mesmo artigo, Charles (Carl) Voegelin e Zellig Harris (ambos membros da equipe de Sapir em Yale (Darnell, 1998b, p. 362)) parecem oscilar entre orgulho de seus conhecimentos “técnicos” (ou seja, sua capacidade de produzir uma descrição gramatical precisa de *qualquer* língua) e um desejo de evitar assustar estudantes de antropologia cultural com questões cujo aprendizado seria difícil no curto espaço de tempo atribuído ao assunto pelos departamentos de antropologia (p. 326, minha ênfase):<sup>10</sup>

A importância de relacionar a formação antropológica com a linguística técnica reside no fato de que a linguística fornece à antropologia *algumas técnicas necessárias, mas não muito difíceis* para o estudo da cultura. Estudos da cultura sem considerações linguísticas tendem a ser estreitamente sociológicos em vez de antropológicos. Por outro lado, estudos etnolinguísticos realizados por antropólogos/os sem treinamento em linguística técnica tendem a ser amadores.

A preocupação exclusiva com as estruturas gramaticais é também evidente no texto intitulado *Anthropological Linguistics: An Introduction* [Linguística antropológica: Uma introdução], escrito por Joseph Greenberg e publicado em 1968 na série editada por Harris e Voegelin. Uma breve revisão do seu sumário revela um problema extremamente diferente daquele encontrado nos livros introdutórios contemporâneos (por exemplo, Duranti, 1997; Foley, 1997) e *readers* ou coletâneas de textos-chave (por exemplo, Blount, 1995; Brenneis; Macaulay, 1995; Duranti, 2001b):

<sup>8</sup> “O trabalho de Chomsky me parece agora o desenvolvimento final, a ‘perfeição’, por assim dizer, da tendência dominante da linguística neste século. É a tendência que motivou grande parte do trabalho de Sapir e que informou os esforços recorrentes sob sua influência em relacionar a linguagem com a cultura. Em resumo, a tendência foi a de isolar a língua como objeto de estudo autônomo. E tem sido em torno dessa separação que a linguística moderna tem se desenvolvido como profissão. O grau de separação e a base para ela, no entanto, têm variado” (Hymes, 1983, p. 339).

<sup>9</sup> “Se uma escola dispõe de apenas um semestre para linguística, o melhor que o/a instrutor/a pode fazer é dar um curso geral contendo cerca de três aulas sobre consoantes, três sobre vogais, uma sobre tom, três sobre fonêmica, três sobre morfologia, duas sobre sintaxe e uma sobre contexto geral” (Pike, 1963, p. 321).

<sup>10</sup> Como Voegelin (1961) sugeriu posteriormente, o termo “etnolinguístico” é aqui usado pejorativamente e em contraste com “linguística antropológica”. Deve ser aqui entendido em referência a comparações entre línguas feitas por antropólogos/as culturais.

- I. Natureza e Definição da Língua
- II. Linguística como ciência
- III. Linguística Descritiva
- IV. Teoria Gramatical
- V. Fonologia
- VI. Mudança Linguística
- VII. Tipos de Classificação de Línguas
- VIII. Universais Sincrônicos
- IX. Generalização diacrônica
- X. Explicações de nível superior

Considerar o livro de Greenberg como uma introdução ao estudo da linguagem sob uma perspectiva antropológica implica aceitar pelo menos os dois postulados seguintes: (a) linguagem é cultura (e, portanto, pode-se considerar que, ao analisarmos gramática, estamos fazendo uma tarefa antropológica) e (b) linguística descritiva (incluindo linguística tipológica e histórica) é a disciplina que orienta linguistas nos departamentos de antropologia (e em outros lugares), determinando tanto as unidades quanto os métodos de análise. Esse segundo pressuposto está implícito na escolha do termo “linguística antropológica”, que se tornou popular nos anos 1950 e pode ser interpretado como indicando que seus adeptos se identificaram primeiro com a linguística e só depois com a antropologia (Sapir, 1985, p. 291) propôs esse argumento de modo inequívoco com respeito aos interesses intelectuais de seu pai). Se considerarmos a descrição e classificação das línguas com base em seu léxico e estruturas gramaticais como o principal objetivo desse paradigma, a escolha da comissão de editores da obra de Greenberg em produzir um texto introdutório nos anos 1960 faz sentido, dadas as suas importantes contribuições para a linguística histórica (1963a) e tipológica (1963b, 1966). Estas são áreas que continuam a ser de grande interesse para antropólogos/os de outros subcampos, uma vez que a reconstrução linguística pode fornecer evidências de migrações e contatos (por vezes antes de os registos arqueológicos estarem disponíveis) (por exemplo, Kirch, 1984).

Além disso, o trabalho de Greenberg foi visto por algumas/alguns antropólogos/os da linguagem – incluindo a ex-estudante de Sapir, Mary Haas (1978, p. 121-22) – como uma alternativa ao novo paradigma em linguística formal, a gramática gerativo-transformacional de Chomsky. Ao contrário de Chomsky, que naquela época se concentrava principalmente na análise do inglês e que advogava a necessidade de os/as estudantes trabalharem apenas em suas próprias línguas (para poderem se basear em suas próprias intuições nativas), Greenberg promoveu o estudo do maior número possível de línguas e foi visto como um aliado por linguistas especialistas em descrição e pesquisa de campo. Mas o foco exclusivo na gramática, juntamente com o rápido crescimento de programas e departamentos de linguística independentes nos Estados Unidos, teve um impacto negativo sobre quem se identificava com a linguística antropológica. As/Os não linguistas pertencentes a departamentos de antropologia começaram a questionar a necessidade de terem suas/seus próprios linguistas, dada a existência de outros departamentos no mesmo campus dedicados ao estudo da linguagem. Ao mesmo tempo, o foco na descrição gramatical e a dedicação à documentação gramatical e textual de línguas ameaçadas (Moore,

1999) encorajaram a identificação do campo da linguística antropológica com as descrições em grande parte não teóricas de línguas não indoeuropeias, previamente sem sistema de escrita. Antes de se tornar um estereótipo negativo entre as pessoas fora da subdisciplina, essa visão simplificada da linguística antropológica foi explicitamente construída por alguns dos seus líderes. Por exemplo, Harry Hoijer (1961, p. 10) definiu a linguística antropológica como “uma área de pesquisa dedicada principalmente ao estudo, sincrônico e diacrônico, das línguas dos povos que não possuem escrita”, enquanto Carl Voegelin (1961, p. 680) sustentou que a linguística antropológica deveria dar visibilidade a línguas ainda desconhecidas e que seria um campo mais descritivo do que outros da linguística (p. 673-74).

Foi esse fascínio pela descrição precisa dos padrões gramaticais das línguas não indoeuropeias, especialmente as faladas por indígenas dos EUA, que produziu o postulado teórico mais duradouro deste paradigma: a relatividade linguística, também conhecida como “hipótese Sapir-Whorf” (Hill; Manheim, 1992). A hipótese sustentava que as línguas proporcionavam aos seus falantes nativos um conjunto de disposições dificilmente questionáveis (por exemplo, perceber apenas certas distinções sonoras, favorecer certas classificações, produzir certas extensões metafóricas) que teriam um impacto na interpretação da realidade pelas/os falantes e, conseqüentemente, em seu comportamento (como no exemplo de Whorf (1941) de tanques de gasolina *vazios*, erroneamente considerados menos perigosos do que tanques cheios). O tema da relatividade linguística gerou discussões consideráveis que duraram anos (Koerner, 1992). Até os anos 1980, no entanto, o debate permaneceu intimamente ligado a este primeiro paradigma e, como tal, de pouco interesse para aqueles que abraçaram o segundo.

Os aspectos gerais do primeiro paradigma podem ser resumidos da seguinte forma:

*Objetivos:* a documentação, descrição e classificação das línguas indígenas, especialmente as da América do Norte (a princípio, parte da “antropologia de salvamento”).

*Visão de linguagem:* como léxico e gramática, ou seja, estruturas regidas por regras que representam relações inconscientes e arbitrárias entre a linguagem, entendida como um sistema simbólico arbitrário, e a realidade.

*Unidades preferenciais de análise:* frase, palavra, morfema e, desde os anos 1920, fonema; também textos (por exemplo, mitos, narrativas tradicionais).

*Pressupostos teóricos:* unidades de análise adequadas para estudos comparativos (por exemplo, documentar classificações ou relações genéticas), relatividade linguística.

*Métodos preferidos de geração de dados:* elicitación de listas de palavras, padrões gramaticais e textos tradicionais a partir do trabalho com falantes nativos.

## O segundo paradigma

O segundo paradigma é frequentemente identificado com os nomes “antropologia linguística” e “sociolinguística”. Como acontece frequentemente em ciência, desenvolveu-se a partir de uma série de circunstâncias fortuitas que incluíram, além da já mencionada abertura de departamentos de linguística em universidades norte-americanas, a contratação simultânea de dois jovens e enérgicos professores para a Universidade da Califórnia em Berkeley e o nascimento da sociolinguística urbana de orientação quantitativa.

Quer o programa de Chomsky para linguística seja ou não uma “revolução”, como proposto por Newmeyer (1986), é indiscutível que o rápido crescimento dos departamentos de linguística nos EUA durante os anos 1960 coincidiu com o entusiasmo pela nova abordagem de Chomsky, que parecia combinar o rigor das ciências duras (construindo modelos quase matemáticos) com uma abertura sem precedentes ao conteúdo dos fenômenos mentais – um tipo de dado anteriormente excluído por behavioristas (ver D’Andrade, 1995, p. 8-15). Mas a preferência de Chomsky por modelos baseados em intuições e descrições do conhecimento de falantes nativos/os sobre a língua (competência) em vez do que fazem com a língua (desempenho) implica a exclusão de um vasto campo de fenômenos potencialmente interessantes para a linguística. Algumas/Alguns jovens pesquisadoras/es aproveitaram essa oportunidade para oferecer pontos de vista alternativos sobre a linguagem e propor novos métodos para estudá-la.

Os primeiros anos da década de 1960 testemunharam a emergência da sociolinguística e de uma abordagem chamada “etnografia da comunicação” (inicialmente, “etnografia da fala”). Ambas as perspectivas surgiram, ou pelo menos encontraram um rico campo de trabalho, no norte da Califórnia. Em 1956, John Gumperz foi contratado para ensinar hindi na Universidade da Califórnia em Berkeley, após retornar de trabalho de campo na Índia (Murray, 1998, p. 98), onde ele havia estudado contato linguístico e o multilinguismo a partir de métodos etnográficos, como a observação participante e técnicas mais tradicionais de pesquisa (por exemplo, questionários). O novo cargo de trabalho deu a ele a oportunidade de colaborar com Charles Ferguson em Stanford – ambos tinham se conhecido na Índia (Murray, 1998, p. 97) – e de organizar um simpósio na reunião anual da Associação de Antropologia Americana (AAA), cujas contribuições foram publicadas na obra *Linguistic Diversity in South Asia: Studies in Regional, Social, and Functional Variation* [Diversidade linguística no sul da Ásia: Estudos de variação regional, social e funcional] (Ferguson; Gumperz, 1960). Na introdução à obra, Ferguson e Gumperz revisitaram antigos conceitos de dialetologia e linguística diacrônica e introduziram a noção de “variedade” (substituindo o antigo termo “dialeto”), estabelecendo assim os fundamentos para o campo que mais tarde seria chamado “sociolinguística” (Labov, 1966, p. 21; Murray, 1998, p. III). Quando Dell Hymes chegou a Berkeley (vindo de Harvard) em 1960, começou a colaborar com Gumperz, articulando seu interesse pela fala como atividade cultural com os interesses de Gumperz pelos dialetos sociais e variação linguística. Assim, o nome original “etnografia da fala” proposto por Hymes (1962) foi estendido ao que parecia ser um campo mais geral, “etnografia da comunicação”, por meio de duas obras coletivas: uma publicação especial da Associação de Antropologia Americana intitulada *The Ethnography of Communication* [A etnografia da comunicação] (Gumperz; Hymes, 1964) e a coleção intitulada *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication* [Orientações em sociolinguística: A etnografia da comunicação] (Gumperz; Hymes, 1972). Poucos/as – talvez nenhum/a – dos/as autores/as nessas publicações se chamariam de “etnógrafos/as” e menos ainda de “etnógrafos/as da comunicação”, no sentido estrito do termo, mas as coletâneas funcionaram como manifestos de uma maneira de estudar a linguagem que era, em muitos aspectos, radicalmente diferente tanto das versões anteriores da linguística antropológica, dialetologia e linguística histórica, quanto da linguística gerativo-transformacional de Chomsky, cada vez mais popular. Na introdução de Hymes à coletânea de 1964, encontramos claramente a enunciação de alguns aspectos fundamentais do novo paradigma. Hymes argumentou que (1) a linguagem deve ser estudada em seu “contexto situacional”

(termo emprestado de Malinowski, 1923), (2) o estudo deve ir além da descrição gramatical e etnográfica para a observação de padrões na “atividade de fala” e (3) a comunidade de fala (ao contrário da gramática ou do falante-ouvinte ideal) deve ser tomada como ponto de partida. Enquanto a referência à comunidade de fala estava obviamente ligada aos interesses e métodos de pesquisa de Gumperz, os outros dois aspectos foram a essência da própria visão de Hymes (1972a) de um ambicioso programa comparativo para o estudo das atividades de fala ou eventos comunicativos, mais tarde chamados de “eventos de fala” (ver Hymes, 1972a). Esses aspectos constituíram os alicerces para o estabelecimento do novo paradigma; também deram às pessoas que aderiram ao paradigma uma identidade particular, separada da linguística (na medida em que não competiam pelo mesmo território: a gramática), mas também, em parte, uma identidade menos dependente da aprovação do resto da antropologia.

Ao mesmo tempo, Hymes publicou uma coletânea monumental de ensaios e excertos, intitulada *Language in Culture and Society: A Reader in Linguistic Anthropology* [Linguagem na cultura e na sociedade: Textos fundamentais em Antropologia Linguística] (1964a), no qual reuniu uma vasta gama de materiais sobre aspectos culturais e sociais do uso e estrutura da língua.<sup>11</sup> Nesse esforço, ele não só procurou definir como a linguagem deveria ser estudada, mas também promoveu o que se tornou uma nova perspectiva representada pelo seu termo preferido, “antropologia linguística”<sup>12</sup>, em vez de “linguística antropológica” (Hymes, 1963a, b, 1964b). Reagindo à identificação anterior de pesquisadoras/es com a linguística, Hymes defendeu uma perspectiva *antropológica* distinta, que deveria ser desenvolvida dentro – e não fora – dos departamentos de antropologia. Ele escreveu que “os departamentos de antropologia devem assumir a responsabilidade pelo conhecimento linguístico de que seus estudantes necessitam” e para isso devem incorporar uma divisão de trabalho intelectual com relação a esse conhecimento (1964b, p. xxiii):

(1) A tarefa da linguística é coordenar o conhecimento sobre a língua apenas do ponto de vista da língua. (2) É tarefa da antropologia coordenar o conhecimento da língua do ponto de vista do *homem*. Em termos de história e prática, a tese é de que existe um campo distinto, a *antropologia linguística*, condicionada, como outros subcampos da linguística e da antropologia, por certos conjuntos de dados, conhecimentos nacionais, figuras proeminentes e problemas favoritos. Em certo sentido, é uma atividade específica, a atividade daqueles cujas perguntas sobre linguagem são moldadas pela antropologia. Seu escopo não é definido pela lógica ou natureza, mas pela gama de interesses antropológicos em fenômenos linguísticos. A perspectiva desse campo pode incluir problemas que estão fora do interesse específico da linguística e ele *considera sempre, de forma singular, o problema da integração com o resto da antropologia*. Em suma, a antropologia linguística pode ser definida como *o estudo da linguagem dentro do contexto da antropologia* (itálicos de Hymes).

A ênfase na necessidade de estudar a linguagem dentro da antropologia foi um dos postulados mais claros do que eu chamo de segundo paradigma.

<sup>11</sup> Inicialmente, a coletânea, que seria coeditada com Harry Hoijer, pretendia ser sobre pesquisa em linguagem e cultura nas comunidades indígenas norte-americanas, mas quando Hoijer se retirou do projeto Hymes decidiu expandi-la para a linguagem e cultura em geral (Hymes, comunicação pessoal, 4 de dezembro de 2000).

<sup>12</sup> O termo “antropologia linguística” é provavelmente mais antigo do que “linguística antropológica”, dado que foi usado no final do século XIX por Otis T. Mason (ver Darnell, 1998a) e Horatio Hale (ver Hymes, 1970, p. 249).

Nesse paradigma, estudar a linguagem em uma perspectiva antropológica significava tanto (1) concentrar-se em aspectos da linguagem que precisavam de uma referência à cultura para serem compreendidos e, portanto, tinham de ser estudados com a ajuda de métodos etnográficos (por exemplo, observação participante) ou (2) estudar as formas linguísticas como parte de atividades culturais ou como elas mesmas constituindo uma atividade, como na noção de Hymes (1972a) de “evento da fala”, que é entendido como um evento definido pelo uso da linguagem (por exemplo, um debate, uma audiência em tribunal, uma entrevista). Esse paradigma rompeu com a definição restrita de língua aceita em muitos departamentos de linguística (onde “língua” era entendida como “gramática”) e ao mesmo tempo apontava para novas formas de pensar a língua como cultura. Enquanto antropólogos/os socioculturais tendiam a ver a linguagem como uma ferramenta para descrever ou interpretar a cultura, as pessoas no segundo paradigma foram treinadas a estudar a organização complexa do uso da linguagem enquanto algo “cultural”, o que, portanto, demanda descrição linguística e etnográfica.

Mas a promessa implícita de um paradigma em que as questões seriam definidas pela antropologia não foi totalmente cumprida. O programa de Hymes tinha uma relação ambígua com a antropologia cultural, na medida em que se moveu para o território desta (por exemplo, com a etnografia dos eventos rituais) sem conseguir produzir um volume de pesquisa empírica que pudesse competir com (ou mesmo complementar) o crescente fluxo de etnografias publicadas na forma de livros por antropólogos/os socioculturais. O livro de Joel Sherzer (1983), *Kuna Ways of Speaking: An Ethnographic Perspective* [Os modos de falar Kuna: Uma perspectiva etnográfica], foi uma exceção em vez da norma. O programa também não tinha conexões óbvias com a antropologia biológica e arqueológica, especialmente devido à exclusão da evolução. Embora o próprio Hymes tivesse discutido a evolução da linguagem no início de sua carreira (HYMES, 1961), nenhum/a de seus/suas estudantes trabalhou com o assunto. Isso separou as pessoas no segundo paradigma de antropólogos/os que procuravam uma explicação universal e evolutiva de certos domínios das línguas humanas, especialmente no léxico (por exemplo, Berlin, 1975; Berlin; Kay, 1969; Witkowski; Brown, 1978). Apesar da adoção explícita de uma agenda evolutiva<sup>13</sup> e de uma postura antirrelativista (ao contrário do legado boasiano), contribuições como as de Berlin e Kay (1969) sobre a comparação de categorizações de cores partilhavam de mais aspectos com o primeiro paradigma do que com o segundo. No plano metodológico, Berlin e Kay continuaram a contar, assim como Sapir e as pessoas que se autodenominavam “linguistas antropológicas/os”, com o trabalho de informantes para elicitare formas linguísticas (ou seja, itens lexicais), em vez de documentar o uso dessas formas em eventos de fala. No nível teórico, eles continuaram a interpretar a relatividade linguística como relevante para a classificação linguística (primeiro paradigma) em vez de estendê-la para a esfera de atividades linguísticas, como sugerido por Hymes (1966) (segundo paradigma). Finalmente, a ausência nos seus trabalhos de variação contextual é incompatível com o segundo paradigma, que se baseia na noção de variação (Ferguson; Gumperz, 1960) e de competência comunicativa (em oposição à estrita competência *linguística*) (Hymes, 1972b). Os pressupostos teóricos básicos de Ber-

<sup>13</sup> “Línguas que possuem poucos termos para cores (...) são invariavelmente faladas por povos que apresentam níveis relativamente primitivos de desenvolvimento econômico e tecnológico. Por outro lado, línguas que possuem léxicos bastante completos de cores são caracteristicamente faladas pelas nações mais civilizadas do mundo” (Berlin, 1970, p. 14).

lin e Kay e seus métodos permaneceram inalterados (ver Kay; Maffi, 2000) e coexistem ao lado de uma tradição radicalmente diferente dedicada ao estudo da categorização (por exemplo, Goodwin, 1997), com a qual não se engajam.

Por razões semelhantes, o segundo paradigma partilha muito pouco da “nova etnografia” ou etnociência dos anos 1960, mais tarde conhecida como “antropologia cognitiva” (D’Andrade, 1995). Apesar da inclusão do artigo de Gumperz sobre comunidades multilíngues na *Cognitive Anthropology* [Antropologia Cognitiva] de Tyler (1969) e do trabalho de Frake sobre tipos de litígio no livro de Gumperz e Hymes (1972), em sua maioria, o segundo paradigma rompe com a tradição boasiana de conceber a cultura como um fenômeno mental, tendendo a negligenciar questões de “conhecimento” em favor de “performance” ou desempenho (Bauman, 1975; Hymes, 1975)<sup>14</sup> e consolidando uma conexão duradoura com os estudos do folclore (por exemplo, Bauman, 1992). Foi Gumperz que em meados dos anos 1970 retornou a uma perspectiva mais cognitiva de cultura, explorando as implicações do trabalho feito pelo filósofo Paul Grice (1957, 1975) sobre significado e implicatura, para desenvolver uma teoria de alternância de código e (falha na) comunicação transcultural (Gumperz, 1977, 1982). No entanto, dado o seu interesse pela interação e pelas qualidades emergentes de interpretação, sua abordagem foi também orientada para a performance.

Uma revisão da literatura produzida durante os anos 1960 e 1970 por Gumperz, Hymes e seus/respectivos/as estudantes e colegas mostra que, naqueles anos, as conexões intelectuais das pessoas no segundo paradigma não eram com a antropologia, mas com uma série de programas de pesquisa não hegemônicos em outros subcampos, incluindo as análises de Erving Goffman sobre encontros face a face, a etnometodologia de Harold Garfinkel e a sociolinguística urbana de William Labov. No final dos anos 1960, a convergência de Goffman, Labov e Hymes na Universidade da Pensilvânia favoreceu a criação de um clima intelectual no qual o estudo da linguagem tal como usada na vida social adquiria tração. O mesmo impulso foi experimentado na Costa Oeste: William Bright, que havia estudado com M. B. Emeneau e Mary Haas na Universidade da Califórnia em Berkeley, organizou, em 1964, uma conferência na Universidade da Califórnia em Los Angeles (sobre “sociolinguística”), que incluiu pesquisadoras/es de mudança linguística, planejamento linguístico, contato linguístico e estratificação social no uso da linguagem (Bright, 1966).

Durante uma década, houve uma forte identificação entre a etnografia da comunicação e o novo campo da sociolinguística. Essa identificação pode ser vista em várias iniciativas, entre elas (1) a inclusão do trabalho de William Labov nas coletâneas de Gumperz e Hymes, (2) a adoção do termo “sociolinguística” como nome que incluía a etnografia da comunicação (ver *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication* [Orientações em Sociolinguística: A Etnografia da Comunicação] (Gumperz; Hymes, 1972) e *Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach* [Fundamentos em Sociolinguística: Uma abordagem etnográfica] (Hymes, 1974), (3) a criação da revista *Lan-*

<sup>14</sup> Não é surpresa que o trabalho Frake tenha sido incluído na coletânea Gumperz and Hymes (1972). Seus artigos sobre como pedir uma bebida em Subanun e como entrar em uma casa Yakan (Frake, 1972, 1975) mostram uma abordagem de leitura da mente humana que se concentra na classificação enunciada e, como tal, está mais preocupada com a ação social e o contexto do que qualquer outro autor da coletânea de Tyler (1969).

*guage in Society* e (4) a escolha feita por Hymes de Labov e Allen Grimshaw (um sociólogo) como editores associados dessa revista, o que sugere que, tendo mudado para o Departamento de Educação da Universidade da Pensilvânia, Hymes deixou de depender exclusivamente da antropologia como apoio institucional ou intelectual.

Ao revisar os livros e artigos que desenvolveram o segundo paradigma, não podemos deixar de nos surpreender com a ausência da relatividade linguística como tópico ou tema de debate. Em geral, desde o início dos anos 1960 até o final dos anos 1970, a questão da relação entre linguagem e pensamento permaneceu fora da agenda de pesquisa das pessoas no segundo paradigma. As poucas pessoas que continuaram preocupadas com a relatividade linguística foram as que criticavam Whorf, por exemplo, Berlin e Kay, que estavam trabalhando com pressupostos teóricos (inatismo, universalismo) e metodologia (elicitação sem registro de discurso espontâneo) alheios aos seguidores do segundo paradigma. Na medida em que Kay se interessou mais pela sintaxe e semântica dos protótipos – e passou do departamento de antropologia da Universidade da Califórnia em Berkeley para o departamento de linguística no mesmo campus – e Berlin continuou o seu trabalho sobre a classificação etnobotânica e sobre o simbolismo do som (por exemplo, Berlin, 1992), o interesse pela relatividade linguística continuou a diminuir nos anos 1970 e 1980 (para ressurgir nos anos 1990: por exemplo, Gumperz; Levinson, 1996, Lucy, 1992). Esse declínio estava relacionado com outra mudança importante: a linguagem não era mais considerada a janela para a mente humana como tinha sido para Boas e suas/seus estudantes. Ao invés disso, era entendida como um fenômeno fundamentalmente *social*, para ser estudado não a partir de sessões privadas com um ou outro informante, mas sim no contexto de eventos ou práticas de fala (ver, por exemplo, Basso, 1979; Bauman; Sherzer, 1974; Gumperz, 1982; Sherzer, 1983). Mesmo quando se empregavam técnicas semiexperimentais (por exemplo, entrevistas, questionários), o objetivo era documentar e explicar a variação linguística entre falantes ou eventos (por exemplo, GAL, 1979) em vez de determinada visão de mundo ou percepção da realidade.

No início da segunda metade dos anos 1960, antropólogas/os da linguagem e sociolinguistas se uniam não só pela atenção dada ao uso da língua, mas também por sua falta de interesse em questões psicolinguísticas. O segundo paradigma promoveu, em outras palavras, um estudo da linguagem separado da psicologia e, para muitos, até antipsicológico, em um momento em que Chomsky atrelava a linguística mais estreitamente à psicologia (por exemplo, em seus argumentos pioneiros, a linguística deveria ser entendida como parte da psicologia) e em que “cognição” em oposição a “comportamento” se tornava a palavra-chave da psicologia norte-americana. Esse distanciamento da “revolução cognitiva” teve pelo menos dois efeitos. Um deles foi que as pessoas no segundo paradigma deixaram de pensar em antropologia linguística num sentido estrito (especialmente deixaram de se submeter à linguística) para se fazerem novas perguntas e questões. Além disso, este foi um período de autoafirmação em que antropólogas/os da linguagem trabalhavam arduamente para organizar sua própria agenda e fortalecer sua identidade como um grupo. O outro efeito foi que a falta de interesse pela “cognição” em si alienou as pessoas no segundo paradigma de antropólogas/os cognitivas/os dos anos 1960, que estudavam a língua como um sistema taxonômico e viam a análise linguística como metodologia que orientava o estudo da cultura na mente. Esse distanciamento intelectual representava exatamente o oposto do objetivo original de Hymes: a integração da antropologia linguística com o resto da antropologia. Nos anos 1970, antropólogas/os

socioculturais descobriram o “discurso”, mas a ideia de cultura como texto – como no influente ensaio de Geertz (1973) “Descrição Densa” – se baseava mais fortemente em filósofos europeus (por exemplo, Derrida, Gadamer, Ricoeur) e não em antropólogas/os da linguagem.

No nível teórico, com algumas exceções, o segundo paradigma foi caracterizado por uma relutância geral em desafiar tanto o resto da antropologia quanto a linguística. Além dos escritos de Hymes sobre competência comunicativa, que criticaram explicitamente a noção de competência de Chomsky (Hymes, 1972b), a maioria das/s pesquisadoras/es se preocupou em identificar as formas pelas quais o uso da linguagem é culturalmente organizado nas diferentes situações sociais. Quando teorias eram discutidas, isso acontecia geralmente para mostrar que elas eram demasiadamente orientadas ao Ocidente, de forma a explicar como a linguagem é concebida e usada em outras áreas, por exemplo, a pesquisa de Elinor [Ochs] Keenan (1977), que ofereceu contraexemplos do malgaxe (uma língua de Madagascar) à máxima “seja informativo” de Grice, bem como o ataque de Michelle Rosaldo (1982) aos fundamentos epistemológicos da teoria dos atos de fala, baseado em seu trabalho de campo entre os Ilongotes nas Filipinas. No segundo paradigma, as generalizações eram escassas; os/as pesquisadores fizeram muito poucas comparações, e mesmo quando comparações eram feitas (por exemplo, no ensaio de Judith Irvine (1979) sobre eventos formais), isso era feito para mostrar que um conceito analítico comumente aceito (por exemplo, formalidade) era questionável em certas comunidades de fala e em contextos particulares.

Uma notável exceção a essa tendência geral foi o estudo da polidez linguística de Penelope Brown e Stephen Levinson (1978), que apresentaram uma teoria bem articulada e verificável, empiricamente baseada na noção de “face” de Goffman (1967) e na teoria de Grice (1957) de que o significado é baseado na interpretação das intenções do/a locutor/a, além de seu princípio da cooperação (1975). Brown e Levinson apoiaram o seu modelo de escolha racional em um amplo espectro de exemplos coletados na Índia com falantes de Tamil (Levinson, 1977) e no México com falantes de Tzeltal (Brown, 1979) e incorporaram exemplos da literatura inglesa e de outras línguas (malgaxe e japonês em particular). Apesar de compartilharem credenciais com os adeptos do segundo paradigma (ambos tinham sido treinados em antropologia na Universidade da Califórnia em Berkeley, estudando com John Gumperz e outras pessoas), sua teoria não gerou muito interesse entre pessoas na antropologia. Foi muito mais popular entre analistas do discurso e pragmaticistas fora da antropologia. A ausência de tentativas de antropólogas/os em testar essas teorias ou pelo menos comentá-las (as observações críticas de Hymes (1986) foram uma exceção) sugere uma tendência geral de evitar a atividade crítica aberta dentro do campo e/ou uma falta de interesse em modelos universalizantes.

As características do segundo paradigma podem ser resumidas da seguinte forma:

*Objetivos:* o estudo do uso da linguagem entre falantes e suas diversas atividades.

*Visão de linguagem:* como um domínio culturalmente organizado e organizador da cultura.

*Unidades preferenciais de análise:* comunidade de fala, competência comunicativa, repertório, variedades linguísticas, estilo, eventos da fala, ato de fala, gênero.

*Pressupostos teóricos:* variação linguística, relação entre linguagem e contexto.

*Métodos preferidos de geração de dados:* observação participante, entrevistas informais, gravações de uso espontâneo da linguagem.

## Consolidação do segundo paradigma e desenvolvimentos posteriores

Na década de 1980, o segundo paradigma foi consolidado por meio de uma considerável produção de publicações e projetos. Muitos/as ex-estudantes de Hymes e Gumperz obtiveram posições estáveis em várias universidades e começaram a treinar seus/suas próprios/as estudantes. Quem trabalhava em departamentos de antropologia e em programas de pós-graduação estava, pelo menos em princípio, em melhor posição para enraizar o segundo paradigma do que as pessoas em programas de graduação ou departamentos de linguística.

Quando, em 1983, como consequência da reorganização da Associação Americana de Antropologia em seções separadas (a fim de evitar o aumento da tributação federal), a Sociedade de Antropologia Linguística (SLA) foi fundada, não só se ratificou a importância do estudo da linguagem na antropologia norte-americana, mas também se constituiu um reconhecimento implícito da perspectiva de Hymes sobre a subdisciplina – como atestado em sua preferência pelo termo “antropologia linguística” em vez de “linguística antropológica” (Hymes foi presidente da AAA naquele ano e influenciou a formação da seção, apesar de não ter estado presente na primeira reunião de negociação). A identificação com a linguística, que havia caracterizado as pessoas no primeiro paradigma, ainda era forte entre alguns membros da SLA, especialmente entre pesquisadores de línguas indígenas norte-americanas, que em 1981 formaram sua própria associação, a Sociedade para o Estudo das Línguas Indígenas das Américas (SSILA).

Na década de 1980, houve também novos desenvolvimentos intelectuais. Alguns foram extensões e refinamentos de direções estabelecidas, mas outros foram ideias e projetos inspirados por perspectivas teóricas e metodológicas que surgiram fora do segundo paradigma. Vou revisar aqui brevemente quatro dos principais focos de interesse: (1) performance, (2) socialização linguística primária e secundária, (3) indexicalidade e (4) participação. Enquanto (1) e (2) estavam mais estreitamente relacionados com os escritos de Hymes e compatíveis com seu programa original, (3) e em algum momento (4) foram inspirados por outras obras, muitas vezes fora da antropologia ou da linguística.

1) *Performance*: A partir de meados da década de 1970, a noção de performance ou desempenho estendeu-se do uso da linguagem (por exemplo, Chomsky, 1965) e da linguagem como ação (por exemplo, AUSTIN, 1962) para a forma da própria fala e as implicações da fala como uma produção que frequentemente requer habilidades especiais e é sujeita a avaliação rotineira por suas dimensões estéticas, expressivas ou estilísticas (Hymes, 1972b; Tedlock, 1983). Essa perspectiva teve várias de suas raízes no folclore e no estudo da arte verbal (Bauman, 1975, 1977; Hymes, 1975; Paredes; Bauman, 1972). O termo “criatividade”, usado por Chomsky para se referir à capacidade do/a falante nativo/a de potencialmente gerar um número infinito de frases a partir de um conjunto finito de elementos, foi assim redefinido e estendido a outros territórios com o pressuposto de que falar é um elemento essencial da vida social. A descoberta simultânea por parte de pessoas na antropologia social (por exemplo, Bloch, 1975) do papel fundamental do discurso na negociação do status e no controle de conflitos estabeleceu a retórica política como uma zona de comércio rara na qual linguistas e antropólogos/os socioculturais poderiam se encontrar para resolver problemas comuns (por exemplo, Brenneis; Myers,

1984; Watson-Gegeo; White, 1990). Nos anos 1990, essa linha de trabalho expandiu-se, conectando-se com o trabalho sobre performatividade em relação à definição e negociação da identidade de gênero (Hall, 2001).

2) *Socialização linguística primária e secundária*. A aquisição de linguagem tornou-se o principal objeto de investigação nos anos 1960 e 1970 – o *Journal of Child Language* foi fundado em 1974 para se juntar às publicações de psicolinguística e psicologia do desenvolvimento que se centravam principalmente na linguagem das pessoas adultas (CRYSTAL, 1974). Ao mesmo tempo, a aquisição da competência comunicativa foi identificada e definida por Hymes e seus estudantes (por exemplo, Sherzer; Darnell, 1972) como uma parte importante do estudo etnográfico do uso da linguagem. No entanto, pouco trabalho empírico estava sendo feito sobre os pressupostos básicos do segundo paradigma. Apesar dos esforços de grupos interdisciplinares como o organizado por Dan Slobin na Universidade da Califórnia em Berkeley, em meados dos anos 1960, as primeiras tentativas de produzir estudos etnográficos de aquisição não tiveram muito sucesso (Duranti, 2001a, p. 23-24). A situação mudou radicalmente nos anos 1980 quando, num artigo em coletânea importante de antropologia cultural, Elinor Ochs e Bambi Schieffelin (1984) identificaram a socialização na linguagem como uma ponte entre a antropologia e o desenvolvimento linguístico, entendendo-a tanto como uma socialização para a linguagem (o aspecto ausente na linguística e na psicolinguística) como uma socialização *por meio* da linguagem (o aspecto tomado como dado na antropologia cultural). Com base no trabalho realizado entre os/as Samoanos/as (Ochs) e os/as Kalulis na Papua Nova Guiné (Schieffelin), elas descreveram a pesquisa corrente sobre aquisição de linguagem como baseada em “teorias locais” da mente e da sociedade e desenharam um programa de pesquisa integrando métodos desenvolvidos em psicologia do desenvolvimento (estudos longitudinais) com métodos desenvolvidos em antropologia cultural (etnografia). O seu postulado de que a “conversa de bebê” [ou “manhês”, a linguagem que se usa para falar com crianças] não era universal foi apenas a ponta do iceberg de um modelo de socialização que tinha de ser documentado por pesquisadoras/es de campo de todo o mundo (ver também Ochs; Schieffelin, 1995). Uma das consequências mais promissoras desta linha de investigação tem sido a adoção, extensão e aperfeiçoamento das descobertas de Ochs e Schieffelin em situações de contato linguístico (por exemplo, Duranti; Ochs, 1997; Garrett, 1999; Kulick, 1992; Rampton, 1995; Schieffelin, 1994; Zentella, 1997).

A socialização na linguagem é um processo de uma vida, razão pela qual muitas vezes se faz uma distinção entre socialização *primária* e *secundária*. Dentro dos processos de socialização secundária, o que tem despertado mais interesse é o letramento. Nessa área, a pesquisa pioneira de Shirley Brice Heath (1983) em três comunidades das montanhas Carolinas (Piemontesas) foi exemplar por sua visão crítica da dicotomia entre cultura escrita e oralidade (ver também RUMSEY, 2001) e por se concentrar em *eventos* de letramento. A sua principal contribuição foi considerar que a socialização para a leitura e a escrita não era isolada de outros tipos de socialização, incluindo a socialização para a performance verbal e para a participação em eventos onde narrativas são produzidas. O trabalho de Heath complementou trabalhos anteriores sobre habilidades requeridas em escolas (Cazden; John; Hymes, 1972) e foi seguido por outras pesquisas sobre letramento e escolarização em uma perspectiva intercultural de base etnográfica (ver Vencer, 1995; Collins, 1995; Schieffelin; Gilmore, 1986; Street, 1984).

3) *Indexicalidade [ou indicialidade]*: Filósofos/as, incluindo Immanuel Kant, Charles S. Peirce e Edmund Husserl, reconheceram há muito tempo que existem diferentes tipos de signos, alguns dos quais não “representam” nada (por exemplo, uma ideia), mas adquirem o seu significado a partir de alguma conexão espaço-temporal (ou de memória) com outro fenômeno ou entidade. O significado desses signos só pode ser alcançado se levamos em consideração as circunstâncias em que são usados. Exemplos típicos incluem os chamados dêiticos, como os demonstrativos no português *isto* e *aquilo* e pronomes pessoais, como *eu* e *você*. Por exemplo, o pronome *eu* (primeira pessoa do singular) muda de significado de acordo com quem está falando, ou melhor, de acordo com a personagem que o/a locutor/a está personificando em um dado momento (Goffman, 1981 [1979]). Usando a terminologia de Peirce, podemos dizer que o pronome *eu* é um índice. Um estudo antropológico da linguagem não pode deixar de se interessar por tais expressões, dado o poder que elas têm de definir o que são, em última análise, categorias culturais construídas socialmente, por exemplo, locutor/destinador/autor versus ouvinte/receptor/audiência. Os primeiros trabalhos sobre expressões indiciais foram baseados em formas linguísticas enunciadas em situações idealizadas, mas quando os pesquisadores/es de campo começaram a examinar a linguagem em uso em contextos culturais específicos, perceberam que toda expressão é indicial – ou seja, sua interpretação culturalmente apropriada depende da referência a um contexto (ver também Garfinkel, 1967).

Em meados dos anos 1970, a partir do trabalho de Peirce e Roman Jakobson, Michael Silverstein começou a desenvolver uma linha de pesquisa que fez da indexicalidade a pedra angular para o estudo da linguagem como cultura. Em um artigo publicado em 1976 intitulado “Shifters, Linguistic Categories, and Cultural Description” [Índices, categorias linguísticas e descrição cultural], ele delineou uma diferenciação entre índices que pressupõem (*esta em esta mesa é muito longa*) e índices que acarretam ou criam (por exemplo, pronomes pessoais como *eu* e *você*), entendidos como partes de um *continuum*, que vai desde aqueles índices dependentes do contexto até aqueles que configuram o contexto. Silverstein também empregou a noção de indexicalidade como uma forma de repensar a relatividade linguística – nesse sentido, boa parte dos seus escritos pode ser considerada como uma ponte entre o primeiro e o segundo paradigma. O seu envolvimento com a relatividade tornou-se mais evidente em uma série de publicações subsequentes nas quais criticou as/os teóricas/os dos atos de fala por se concentrarem apenas nos usos criativos da linguagem correspondentes às categorias lexicais (por exemplo, verbos de dizer, de fazer, etc., ou seja, verbos performativos na terminologia de J. L. Austin) (por exemplo, 1977) e identificou os limites da consciência metalinguística (um termo que evoca a “função metalinguística” de Jakobson [1960]) (2001 [1981]) – uma questão importante para a antropologia porque determina até que ponto etnógrafas/os podem confiar nas opiniões nativas. Ao longo dos anos, Silverstein ampliou seu quadro teórico para incluir o que ele chama de “funções metapragmáticas” das expressões linguísticas (1993), ou seja, o leque de expressões que se referem ao que a linguagem faz (sua força pragmática). O trabalho de Silverstein sobre a indexicalidade foi adotado, expandido e, em certa medida, modificado por várias/os de seus ex-estudantes (por exemplo, Agha, 1998; Hanks, 1990).

4) *Participação*: Embora um dos componentes do modelo do evento de fala de Hymes (1972a) fossem “os/as participantes” – incluindo falante ou emissor/a, remetente, ouvinte, receptor ou audiência e endereçado/a –, essas categorias não foram analisadas em profundidade até o final dos anos 1970.

Uma contribuição importante nessa área foi o já mencionado artigo de Goffman sobre o “*footing*” (1981, [1979]), que incorporou, ou pelo menos evocou, a noção de indexicalidade e o trabalho de Bakhtin sobre o discurso reportado, tal como primeiramente se tornou conhecido através da tradução dos escritos de V. N. Voloshinov (1971). Goffman apresentou a noção de estrutura de participação como a configuração combinada de diversos status de participação (autor, animador, responsável, ouvinte, ouvinte por acaso, circunstante) ativados pelo uso de uma forma linguística específica. Algumas pessoas que estudaram com ele aplicaram ou estenderam essa análise. Susan Philips (1972) usou a noção de estrutura de participação em seu trabalho de interação em sala de aula com o objetivo de compreender o desempenho escolar de crianças indígenas em Warm Springs. Marjorie Goodwin (1990) articulou estrutura de participação com sua noção de “estrutura participante”, o que inclui uma compreensão do monitoramento recíproco de falantes e ouvintes, tal como indicado pela análise da conversa (por exemplo, Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974). Relacionado com essa linha de pesquisa está o estudo sobre o papel da audiência na determinação da forma e significado dos enunciados (Bauman, 1986; Duranti, 1988, 1993; Duranti; Brenneis, 1986; C. Goodwin, 1981).

Os anos 1980 testemunharam uma intensa revisão e mudança de paradigma dentro da antropologia em geral. A nova antropologia crítica representada por *A Escrita da Cultura*, de Clifford e Marcus (1986), questionou alguns dos fundamentos epistemológicos e políticos da disciplina, os direitos dos/as antropólogos/as de adquirirem conhecimento em certas condições socio-históricas e a possibilidade de sobrevivência da disciplina com base nos mesmos pressupostos que tinham sustentado o projeto de Boas. O deslocamento pós-moderno deu ênfase a vozes e pontos de vista alternativos, trazendo a identidade, ou, melhor, sua crise pós-moderna, para o centro do palco. Como a própria noção de “cultura” foi atacada por exotizar o Outro, muitas/os antropólogas/os procuraram por novas formas de se referir à sua experiência etnográfica. Nesse clima intelectual, a antropologia linguística, com a sua longa tradição de coleta e análise de textos, foi subitamente vista como possível aliada na tarefa de pensar a política da representação. Foi então que o mercado de trabalho começou a abrir-se novamente para a antropologia linguística. Alguns departamentos de antropologia sentiram a necessidade de repensar a linguagem a partir de uma perspectiva mais ampla, e assim entenderam que a antropologia linguística poderia participar de um diálogo renovado.

Ao mesmo tempo, talvez porque a linguística formal e a sociolinguística quantitativa pareciam não ser afetadas pela crise de identidade que assolava as ciências sociais, estudantes de linguística interessadas/os no contexto social da fala tornaram-se sensíveis ao papel da linguagem no estabelecimento de identidades de gênero, etnia e classe. Essas pessoas procuraram na antropologia linguística inspiração e um campo com o qual partilhavam interesses. Várias delas vieram a fazer parte do grupo que tornou possível a próxima mudança de paradigma.

### **O terceiro paradigma**

No final dos anos 1980 e 1990, houve um renascimento do construtivismo social que foi além do interesse do segundo paradigma pela variação e pelo papel da linguagem na constituição de en-

contros sociais. As perspectivas orientadas para a interação e a audiência favoreceram a ideia de que muitos, se não todos, os enunciados são produzidos pela calibração do tom entre falante e audiência, no interior de gêneros ou tipos de interação (por exemplo, Ochs; Schegloff; Thompson, 1996; Silverstein; Urban, 1996) e a ideia de que a linguagem é apenas um dos recursos semióticos para a produção do conteúdo proposicional e dos valores indiciais (Farnell, 1995; C. Goodwin, 1994; Hanks, 1990; Haviland, 1993; Streeck, 1993, 1994). Pessoas que pesquisavam o gênero social adotaram o termo “performatividade” (Butler, 1990) para destacar o potencial criativo e socialmente vinculante de qualquer enunciado na construção cultural e interacional de identidades (por exemplo, Livia; Hall, 1997; Hall, 2001). Tanto as identidades de gênero como outras foram descritas como inventadas, improvisadas e, ao mesmo tempo, localizadas dentro de atividades culturalmente específicas que dão sentido a essas identidades (por exemplo, Bucholtz; Liang; Sutton, 1999). Recentemente, o foco da pesquisa mudou das formas ou atividades linguísticas em si para a dominação simbólica (Gal, 2001 [1995], p. 424).

Embora nem sempre explicitamente reconhecida ou teorizada, a temporalidade tem desempenhado um papel importante nesses estudos, quer sob a forma da reconstituição minuciosa das trocas conversacionais, quer da compreensão historicamente situada de práticas linguísticas particulares (Hanks, 1987). Tem havido um esforço em desenvolver construtos analíticos e métodos de coleta de dados que possam captar a linguagem em seu movimento no tempo e no espaço. A improvisação tornou-se assim um objeto legítimo de pesquisa (Sawyer, 1997). O estudo das narrativas, inicialmente limitado a situações de entrevista (por exemplo, Labov; Waletzky, 1988), tem entrado em domínios mais espontâneos da vida de falantes, contribuindo para que pesquisadores tenham oportunidade de ver além da organização estrutural (Bamberg, 1997; Ochs; Capps, 1996) e propor um modelo de estudo baseado em algumas dimensões-chave nas quais a narrativa é entendida como atividade cooperativa (Ochs; Capps, 2001).

A relação entre linguagem e espaço tornou-se um foco de atenção, não apenas em relação às propriedades indiciais da fala, mas também em termos dos pré-requisitos espaciais necessários à interação verbal e ao reconhecimento linguístico de como os corpos humanos são usados na configuração de identidades hierárquicas ou opostas (por exemplo, Duranti, 1992a; M. H. Goodwin, 1999; Keating, 1998; Meacham, 2001; Sydney, 1997).

Enquanto o primeiro paradigma foi caracterizado por uma conceituação de linguagem como gramática e tomou a linguística como ponto de referência e o segundo paradigma estabeleceu uma agenda de pesquisa independente com foco na variação e na fala como organizadores da cultura e da sociedade, os desenvolvimentos contemporâneos parecem estar se movendo em uma nova direção. Muitas pessoas da geração atual, incluindo algumas/alguns estudantes de Gumperz e Hymes e estudantes desses estudantes, frequentemente adotam perspectivas teóricas desenvolvidas fora da antropologia ou linguística, como a teoria da estruturação de Giddens, a teoria da prática de Bourdieu, o dialogismo de Bakhtin e Voloshinov e as abordagens de Foucault sobre o conhecimento e o poder. Um bom exemplo dessa tendência é a literatura recente sobre ideologia linguística (Woolard; Schieffelin, 1994; Schieffelin, Woolard; Kroskrity, 1998, 2000). No trabalho de várias pessoas de renome anteriormente imersas no segundo paradigma, a ideologia linguística é mais uma perspectiva do que um tema – e, como tal,

convida ao estudo de fenômenos não explorados enquanto se reorganizam dados previamente gerados e analisados (Irvine, 1998; Kroskrity, 1998; Phillips, 1998).

Quem atualmente trabalha com identidade linguística, interação, narrativa e ideologia compartilha o desejo de usar os estudos linguísticos para alcançar outras disciplinas. Enquanto o segundo paradigma concebeu o desenvolvimento da sua agenda de pesquisa de maneira relacionada, mas independente, às da linguística e da antropologia, o terceiro paradigma, lidando com preocupações teóricas advindas de outros lugares, tem mais chances de se reconectar com o resto da antropologia, como proposto por Hymes nos anos 1960. O interesse em captar a conexão elusiva entre estruturas e processos institucionais mais amplos e os detalhes “textuais” dos encontros cotidianos (a chamada conexão macro-micro) produziu um novo fluxo de projetos que partem da preocupação em contextualizar a pesquisa em um campo teórico mais amplo e do abandono do pressuposto de que a linguagem deve ser a única ou a principal preocupação. Ao contrário das gerações anteriores de investigadores que tinham partido de um fascínio por formas linguísticas e línguas (no primeiro paradigma) ou do seu uso em encontros sociais concretos e culturalmente significativos (no segundo), investigadores contemporâneas/os normalmente fazem perguntas do tipo: “Como o estudo da linguagem pode contribuir para a compreensão de um fenômeno social/cultural particular (por exemplo, formação de identidade, globalização, nacionalismo)?” A formulação desse tipo de pergunta concebe a linguagem não mais como um objeto primário de investigação, mas como uma ferramenta de acesso a processos sociais complexos (Morgan, 2002). Enquanto Hymes esperava que etnógrafas/os da comunicação se concentrassem no que *não* estava sendo estudado por etnógrafos/as e gramáticos/as (o uso da linguagem em eventos sociais constituindo o cerne do “social”), hoje, para muitos jovens pesquisadores, a antropologia linguística é uma ferramenta para estudar questões que *já* estão sendo estudadas por pesquisadores de outras áreas, como raça e racismo (por exemplo, Trechter; Bucholtz, 2001). Mais influenciadas por – e em sintonia com – o que está a acontecer no resto da antropologia, as pessoas no terceiro paradigma pretendem cumprir o objetivo de tornar a antropologia linguística parte da antropologia como um todo, ao mesmo tempo em que reivindicam um acesso especial à linguagem como meio indispensável para a transmissão e reprodução da cultura e da sociedade. As características do terceiro paradigma podem ser resumidas da seguinte forma:

*Objetivos:* o uso de práticas linguísticas para documentar e analisar a reprodução e transformação de pessoas, instituições e comunidades em diferentes espaços e tempos.

*Visão de linguagem:* como uma conquista interacional, carregada de valores indiciais (incluindo valores ideológicos).

*Unidades preferenciais de análise:* práticas linguísticas, estruturas de participação, concepções de sujeito/pessoa/identidade.

*Questões teóricas:* relação micro/macro, heteroglossia, integração de diferentes recursos semióticos, entextualização, incorporação, formação e negociação de identidade/eu, narratividade, ideologia linguística.

*Métodos preferidos de geração de dados:* análise socio-histórica, documentação audiovisual de encontros humanos que se dão no tempo, com especial atenção às dinâmicas inerentemente fluidas e negociadas momento-a-momento de identidades, instituições e comunidades.

## A persistência de paradigmas anteriores

Pelo menos nas tradições que discuti até agora, os paradigmas não morrem. À medida que nascem os novos, os velhos sobrevivem e ainda podem prosperar. Ao longo da década de 1990, o primeiro paradigma continuou em muitas publicações, incluindo a revista *Anthropological Linguistics* e a série *Oxford Studies in Anthropological Linguistics*, coordenada por William Bright. A série de Bright consistiu em dois livros que se enquadram perfeitamente no primeiro paradigma: o estudo comparativo de Cecil H. Brown (1999) sobre empréstimos lexicais nas línguas nativas da América do Norte e o livro *Oral Traditions of Anuta: A Polynesian Outlier in the Solomon Islands* [Tradições orais de Anuta: Uma estrangeira polinésia nas Ilhas Salomão], de Richard Feinberg (1998), composto por 15 páginas de introdução e 233 páginas de texto em Anuta com sua tradução em inglês. Em vários aspectos, o livro de Feinberg é um bom exemplo da “antropologia de salvamento” desenvolvida por Boas e alguns de seus colaboradores (por exemplo, George Hunt) no início do século XX. Os textos são monológicos e elicitados precisamente com o objetivo de transformar a história oral, percebida como estando à beira da extinção, em registro escrito. Como se depreende da descrição sincera de Feinberg dos métodos que utilizou (1998, p. 7), as histórias coletadas no início dos anos 1970 foram transcritas usando técnicas muito parecidas com as empregadas por antropólogos/as contratados/as pelo Escritório Americano de Etnologia antes da invenção do gravador portátil.

## Conclusões

Enquanto linguistas da primeira metade do século XX conseguiram estabelecer a legitimidade do estudo científico da língua como um sistema autônomo e *sui generis*, antropólogos/as da linguagem, trabalhando durante a segunda metade do século, poderiam igualmente afirmar ter devolvido a língua ao lugar a que pertencia, ou seja, ao campo dos seres humanos preocupados com sua vida cotidiana. Se comparada à perspectiva inicial, em que a língua era entendida como um sistema governado por regras onde tudo estava adequadamente estruturado (à la Saussure) e podia ser representada por meio de regras formais e explícitas, nos anos 1960, a língua passou a ser vista não como uma janela para a mente humana, mas como um processo social cujo estudo pertencia tanto à antropologia quanto à linguística. Em vez de trabalhar com falantes nativos/as para elicitare formas linguísticas (seja como lexemas isolados ou como narrativas coerentes), aquelas pessoas comprometidas com ou treinadas dentro do segundo paradigma se interessaram em documentar e analisar o uso concreto da linguagem. Por meio de seus estudos de performance, socialização da linguagem primária e secundária, indexicalidade e participação, adquiriram uma compreensão mais profunda da relação dinâmica entre linguagem e contexto (Goodwin; Duranti, 1992). Essa nova geração de pesquisadores/as considerou como ponto de partida não só as formas linguísticas, mas também os construtos sociais (por exemplo, hierarquia, prestígio, gosto) e os processos sociais (por exemplo, formação do sujeito, comunidade da fala ou mesmo nacionalidade) que as formas linguísticas ajudam a constituir.

À medida que o objeto da pesquisa se expandiu em escopo e complexidade (por exemplo, da gramática ao uso da linguagem em contexto), a especialização dos/as pesquisadores/as não cresceu

necessariamente na mesma proporção. As pessoas que adotaram ou aderiram ao novo paradigma não sabiam necessariamente mais do que suas antecessoras, nem controlavam as áreas que cobriam as abordagens anteriores. Em vez disso, era mais provável que tivessem mais interesse em adquirir conhecimentos especializados em novas áreas e métodos ou investigar fenômenos que não tinham feito parte da agenda da investigação anterior. Por exemplo, enquanto no primeiro paradigma o treinamento em análise gramatical (por exemplo, fonologia, morfologia, sintaxe) e na reconstrução histórica era um requisito, com o advento do segundo paradigma, esse treinamento se tornou menos comum, deixando a cada pesquisador/a a decisão de adquiri-lo ou não. Assim, embora o desenvolvimento de cada novo paradigma tenha contribuído para ampliar o estudo da linguagem como cultura, algumas áreas de pesquisa e especialização foram abandonadas. É cada vez mais difícil encontrar “linguistas” advindas/os de departamentos de Antropologia que tenham uma boa formação em fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, bem como em linguística diacrônica e técnicas de elicitación (isto é, trabalhando com falantes nativas/os com o objetivo de escrever gramáticas). A diversidade de formação e especialização aumentou assim a distância entre linguistas em departamentos de Linguística e linguistas em departamentos de Antropologia.

Ao mesmo tempo, a ampliação do conceito de linguagem e a adoção de conceitos analíticos utilizados por antropólogas/os socioculturais e pesquisadoras/es de outras disciplinas tornou a antropologia linguística, em princípio e muitas vezes na prática, mais atrativa para um público amplo na antropologia. Tem havido um aumento no número de posições para linguistas em departamentos de antropologia nos Estados Unidos e um novo fluxo na disciplina de estudantes que não têm background formal em linguística, mas que estão interessados na linguagem, no discurso ou, mais amplamente, na comunicação como um local fundamental da vida social. Estas são as pessoas que não só sustentam um diálogo melhor entre antropólogas/os da linguagem e antropólogas/os socioculturais, mas também podem ser porta-vozes da importância de “especialistas em línguas” nos departamentos de antropologia. Essa nova “virada linguística” em antropologia reflete-se na última reorganização da AAA, cujo estatuto prevê agora uma posição “linguística” na sua equipa executiva e em todas as suas principais comissões eleitas. Deve-se acrescentar que, nesse novo clima, dois antropólogos da linguagem foram eleitos como presidentes da AAA: Jane Hill (1997-99) e Donald Brenneis (2001-2003).<sup>15</sup> Já se passaram os dias em que a prática da linguística dentro da antropologia era apresentada como uma relíquia da tradição boasiana condenada à extinção. A maioria dos/as antropólogos/as (com exceção, talvez, daqueles/as atraídos pela metáfora de Chomsky da linguagem como organismo) parecem agora convencidos/as de que têm pouco a aprender com o tipo de análise linguística realizada na maioria dos departamentos de linguística e que é inteligente que departamentos de antropologia tenham seus/suas próprios/as especialistas em linguagem.

Eu sugiro que esse renascimento foi possível em parte pela capacidade de antropólogas/os da linguagem de projetar uma imagem de si como pesquisadoras/es de campo empiricamente orienta-

---

<sup>15</sup> Jane Hill é uma linguista cujo trabalho fala de questões de relevância para os outros três campos da antropologia, enquanto Donald Brenneis é conhecido como linguista e antropólogo sociocultural (foi editor da revista de 1990 a 1994).

das/os que também têm coisas mais importantes para fazer do que discutir entre si (ou com pessoas de outras subdisciplinas). Além disso, os/as pesquisadores não tiveram dificuldade em se moverem recursivamente entre um paradigma para outro sem precisarem confrontar (ou serem confrontadas/os por) outras/os pesquisadoras/es sobre suas próprias oscilações epistemológicas, ontológicas e metodológicas. Além das diferenças já expostas, mencionarei aqui brevemente algumas outras áreas de incompatibilidade ou falta de acordo entre paradigmas.

1) Com poucas exceções (por exemplo, Ochs, 1985), as descrições gramaticais continuam a ser escritas (por vezes até por pessoas que, em outros aspectos, trabalham dentro do segundo ou terceiro paradigma) como se o critério de adequação descritiva assumido por Boas e Sapir (primeiro paradigma) nunca tivesse sido posto em causa. Isso significa que as gramáticas e os esboços gramaticais de todos os tipos de línguas, incluindo as que estão em situação de contato, continuam sendo apresentados primariamente de modo a satisfazer as necessidades da linguística tipológica, como se nos últimos 50 anos não tivesse havido debates sobre a importância da variação contextual e sobre a linguagem como atividade (segundo paradigma) ou como se não tivesse havido qualquer descoberta no estudo das relações entre gramática e interação ou entre gramática e atividade narrativa ou sobre os pressupostos ideológicos da descrição gramatical.

2) Às vezes, as línguas ainda são identificadas com suas gramáticas, mesmo que as pessoas que trabalhem sob o segundo ou terceiro paradigma tenham se esforçado para mostrar que uma “língua” é muito mais do que isso.

3) A geração de dados raramente é questionada, quanto menos contestada. As pessoas continuam confiando na metodologia dos paradigmas iniciais, utilizando, por exemplo, a coleta ou anotações manuscritas de trocas verbais que o/a pesquisador/a testemunha, apesar da evidência de que não podemos confiar no que um/a participante diz literalmente sobre o que foi dito ou feito em determinada ocasião sem termos um registro de áudio ou vídeo da interação. Considerando que pessoas em outras subáreas, especialmente na antropologia sociocultural, continuam a empregar a observação nua e notas manuscritas como seu método primário de coleta de dados, uma discussão ampla dos métodos de geração de dados colocaria antropólogas/os da linguagem na posição desconfortável de ter de desafiar a adequação de muita pesquisa antropológica.

4) Os critérios de transcrição são raramente mencionados, apesar de existirem diferenças entre os paradigmas (e por vezes dentro deles) não só em relação às convenções de transcrição, mas também em relação à precisão com que a fala é transformada em um registro visual. A transcrição fonética das pessoas no primeiro (e às vezes no segundo) paradigma, por exemplo, regularmente não inclui pausas ou as interrupções e pistas de fundo [*back-channel cues*] produzidas por quem entrevistou. Apesar do trabalho feito no segundo e terceiro paradigmas para explorar a conversa como uma realização interativa, as transcrições ainda são frequentemente “limpas” (ou seja, editadas) para fornecer exemplos linguísticos claros. Ao mesmo tempo, o uso da ortografia padrão por pessoas no segundo e terceiro paradigmas apresenta os seus próprios problemas. Além disso, o fato de as pessoas nos três paradigmas não partilharem de um código de transcrição padrão torna problemático o uso de dados coletados por outrem.

5) O modelo racional de comunicação implícito no trabalho de filósofos/as como Paul Grice e John Searle tem sido repetidamente criticado e questionado por investigadores/as (incluindo eu mes-

mo) que consideram problemáticos seus pressupostos comuns sobre a noção de pessoa e o papel da intencionalidade individual. No entanto, com algumas exceções (por exemplo, Stroud, 1992), não se falou muito sobre o fato de tal modelo estar subjacente a muitos dos trabalhos realizados por alguns de nossos próprios colegas (por exemplo, a noção de “intenção” é muito importante no trabalho de Gumperz sobre problemas de comunicação e parece estar implícita em muitas pesquisas sobre mudança de código). Nenhum modelo alternativo foi claramente estabelecido além do trabalho específico de reconstrução das concepções locais sobre a pessoa e a responsabilidade (Rosaldo, 1982).

6) O método experimental e quantitativo – às vezes usado para comparação transcultural (por exemplo, da terminologia de cores ou da codificação linguística do espaço) – é contrário ao uso (muito comum) de poucos exemplos (relativamente) contextualizados, a fim de se fazerem argumentos gerais sobre estratégias discursivas locais ou universais.

A evitação de debates públicos para enfrentar estes e outros problemas relacionados com o estudo das práticas linguísticas tem impedido discussões potencialmente difíceis entre colegas, mas isso tem tido o seu preço. Impediu-nos de desenvolver modelos gerais sobre a linguagem como cultura que poderiam ser adotados, rejeitados, desafiados, criticados, modificados ou superados. Para que isso seja possível, precisamos reconhecer nossas diferenças não apenas para eliminá-las ou proclamar um vencedor entre possíveis paradigmas alternativos, mas para alcançar um nível de clareza que permita convidar outras pessoas, em antropologia ou em outros lugares, para dialogar conosco como parceiras.

## Referências

- AGHA, A. (1998). Stereotypes and registers of honorific language. *Language in Society* 27:151–93.
- AUSTIN, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BAMBERG, M, Ed. (1997). Oral versions of personal experience: Three decades of narrative analysis. *Journal of Narrative and Life History* 7.
- BASSO, K. (1979). *Portraits of “The Whiteman”*: Linguistic play and cultural symbols among the Western Apache. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAUMAN, R. (1975) Verbal art as performance. *American Anthropologist* 77:290–311.
- BAUMAN, R. (1977). *Verbal art as performance*. Rowley, Mass.: Newbury House.
- BAUMAN, R. (1986). *Story, performance, and event: Contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAUMAN, R. (ed.). 1992. *Folklore, cultural performances, and popular entertainments*. New York: Oxford University Press.
- BAUMAN, R., and J. Sherzer. (1974). *Explorations in the ethnography of speaking*. Cambridge: Cambridge University Press.

BERLIN, B. (1970). “A universalist-evolutionary approach in ethnographic semantics,” in *Current directions in anthropology*. Edited by A. Fischer, pp. 3–18. *Bulletins of the American Anthropological Association* 3(3), pt. 2.

BERLIN, B. (1975). “Speculations on the growth of ethnobotanical nomenclature,” in *Sociocultural dimensions of language change*. Edited by B. G. Blount and M. Sanchez, pp. 63–101. New York: Academic Press.

BERLIN, B. (1992). *Ethnobiological classification: Principles of categorization of plants and animals in traditional societies*. Princeton: Princeton University Press.

BERLIN, B., and P. KAY. (1969). *Basic color terms: Their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press.

BESNIER, N. (1995). *Literacy, emotion, and authority: Reading and writing on a Polynesian atoll*. Cambridge: Cambridge University Press.

BLOCH, M. (1975). “Introduction,” in *Political language and oratory in traditional society*. Edited by M. Bloch, pp. 1–28. London: Academic Press.

BLOUNT, B. (ed.). (1995). 2d edition. *Language, culture, and society: A book of readings*. Prospect Heights, Ill.: Waveland Press.

BOAS, F., ed. (1911a). *Handbook of American Indian languages*. Vol. BAE-B 40, Part 1. Washington, D.C.: Smithsonian Institution and Bureau of American Ethnology.

BOAS, F. (1911b). “Introduction,” in *Handbook of American Indian languages*, vol. BAE-B 40, part 1. Edited by F. Boas. Washington, D.C.: Smithsonian Institution and Bureau of American Ethnology.

BOURDIEU, P. (1985). *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press.

BRENNEIS, D., and R. H. S. Macaulay., eds. (1996). *The matrix of language: Contemporary linguistic anthropology*. Boulder: Westview Press.

BRENNEIS, D. and F. MYERS., eds. (1984). *Dangerous words: Language and politics in the Pacific*. New York: New York University Press.

BRIGHT, W., eds. (1966). *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964*. The Hague: Mouton.

BROWN, C. H. (1999). *Lexical acculturation in Native American languages*. New York: Oxford University Press.

BROWN, P. (1979). *Language, interaction, and sex roles in a Mayan community: A study of politeness and the position of women*. Ph.D. diss., University of California, Berkeley, Calif.

- BROWN, P., and S. C. LEVINSON. (1978). "Universals in language usage: Politeness phenomena," in *Questions and politeness strategies in social interaction*. Edited by E. N. Goody, pp. 56–311. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUCHOLTZ, M., A. C. LIANG, and L. A. SUTTON. Editors. (1999). *Reinventing identities: The gendered self in discourse*. New York: Oxford University Press.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- CAZDEN, C. B., V. P. JOHN, and D. HYMES. Editors. (1972). *Functions of language in the classroom*. New York: Teachers College Press.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press.
- CLIFFORD, J., and G. E. MARCUS. (1986). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- COLLINS, J. (1995). Literacy and literacies. *Annual Review of Anthropology* 24:75–93. *Current anthropology* Volume 44, Number 3, June 2003
- CRYSTAL, D. (1974). Editorial. *Journal of Child Language* 1:i–ii.
- D'ANDRADE, R. G. 1995. *The development of cognitive anthropology*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- DARNELL, R. (1990). *Edward Sapir: Linguist, anthropologist, humanist*. Berkeley: University of California Press.
- DARNELL, R. (1998a). *And along came Boas: Continuity and revolution in Americanist anthropology*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- DARNELL, R. (1998b). Camelot at Yale: The construction and dismantling of the Sapirian synthesis, 1931–39. *American Anthropologist* 100:361–72.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- DURANTI, A. (1988). Intentions, language, and social action in a Samoan context. *Journal of Pragmatics* 12:13–33.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- DURANTI, A. (1992). Language and bodies in social space: Samoan ceremonial greetings. *American Anthropologist* 94:657–91.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- DURANTI, A. (1993). Intentionality and truth: An ethnographic critique. *Cultural Anthropology* 8:214–45.
- DURANTI, A. (1994). *From grammar to politics*. Berkeley: University of California Press.
- DURANTI, A. (1997). *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DURANTI, A. (2001a). An historical perspective on contemporary linguistic anthropology. *SACC Newsletter* 7:20–24.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

- DURANTI, A. Editor. (2001b). *Linguistic anthropology: A reader*. Malden, Mass.: Blackwell.
- DURANTI, A. Editor. (2001c). *Key terms in language and culture*. London: Blackwell.
- DURANTI, A., and D. BRENNEIS. (1986). The audience as co-author. *Text* 6:239–347. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- DURANTI, A., and E. OCHS. (1997). “Syncretic literacy in a Samoan American family,” in *Discourse, tools, and reasoning: Situated cognition and technologically supported environments*. Edited by L. Resnick, R. Saljo, C. Pontecorvo, and B. Burge, pp. 169–202. Heidelberg: Springer-Verlag.
- FABIAN, Johannes. (2002). Virtual archives and ethnographic writing. *Current Anthropology* 43:775–86.
- FARNELL, B. (1995). *Do you see what I mean? Plains Indian sign talk and the embodiment of action*. Austin: University of Texas Press.
- FEINBERG, R. (1998). *Oral traditions of Anuta, a Polynesian outlier in the Solomon Islands*. New York: Oxford University Press.
- FERGUSON, C. A., and J. J. GUMPERZ. Editors. (1960). Linguistic diversity in South Asia: Studies in regional, social, and functional variation. *Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore, and Linguistics/International Journal of American Linguistics* 26.
- FOLEY, W. A. (1997). *Anthropological linguistics: An introduction*. Malden, Mass.: Blackwell.
- FRIEDRICH, Paul. (1966). “Structural implications of Russian pronominal usage,” in *Sociolinguistics*. Edited by William Bright, pp. 214–53. The Hague: Mouton.
- FRAKE, C. (1972). “How to ask for a drink in Subanun,” in *Language and social context*. Edited by P. P. Giglioli, pp. 87–93. Baltimore: Penguin.
- FRAKE, C. (1975). “How to enter a Yakan house,” in *Sociocultural dimensions of language use*. Edited by M. Sanchez and B. G. Blount, pp. 25–40. New York: Academic Press.
- GAL, S. (1979). *Language shift: Social determinants of linguistic change in bilingual Austria*. New York: Academic Press.
- GAL, S. 2001 (1995). “Language, gender, and power: An anthropological review,” in *Linguistic anthropology: A reader*. Edited by A. Duranti, pp. 420–30. Malden, Mass.: Blackwell.
- GALISON, P. (1999). “Trading zone: Coordinating action and belief,” in *The science studies reader*. Edited by M. Biagioli, pp. 137–60. New York and London: Routledge.
- GARFINKEL, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- GARRETT, P. (1999). *Language socialization, convergence, and shift in St. Lucia, West Indies*. Ph.D. diss., New York University, New York, N.Y.

- GEERTZ, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.
- GEERTZ, C. (1988). *Works and lives: The anthropologist as author*. Stanford: Stanford University Press.
- GOFFMAN, E. (1967). *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior*. Garden City: Doubleday.
- GOFFMAN, E. 1981 (1979). "Footing," in *Forms of talk*. Edited by E. Goffman, pp. 124–57. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- GOODWIN, C. (1981). *Conversational organization: Interaction between speakers and hearers*. New York: Academic Press.
- GOODWIN, C. (1994). Professional vision. *American Anthropologist* 96: 606–33.<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- GOODWIN, C. (1997). "The blackness of black: Color categories as situated practice," in *Discourse, tools, and reasoning: Situated cognition and technologically supported environments*. Edited by L. Resnick, R. Saljo, C. Pontecorvo, and B. Burge, pp. 111–40. Heidelberg: Springer-Verlag.
- GOODWIN, C., and A. DURANTI. (1992). "Rethinking context: An introduction," in *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Edited by A. Duranti and C. Goodwin, pp. 1–42. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODWIN, M. H. (1990). *He-said-she-said: Talk as social organization among black children*. Bloomington: Indiana University Press.
- GOODWIN, M. H. (1999). "Constructing opposition within girls' games," in *Reinventing identities: The gendered self in discourse*. Edited by M. Bucholtz, A. C. Liang, and L. A. Sutton, pp. 388–409. New York: Oxford University Press.
- GREENBERG, J. H. (1963a). *The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University Press.
- GREENBERG, J. H. (1963b). "Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements," in *Universals of language*. Edited by J. H. Greenberg, pp. 73–113. Cambridge: MIT Press.
- GREENBERG, J. H. (1966). *Language universals, with special reference to feature hierarchies*. The Hague: Mouton.
- GRICE, H. (1957). Meaning. *Philosophical Review* 67:53–59.
- GRICE, H. (1975). "Logic and conversation," in *Syntax and semantics*, vol. 3, *Speech acts*. Edited by P. Cole and N. L. Morgan, pp. 41–58. New York: Academic Press.<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- GUMPERZ, J. J. (1977). "Sociocultural knowledge in conversational inference," in *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1977*. Edited by M. Saviile-Troike. Washington, D.C.: Georgetown University Press.

- GUMPERZ, J. J. 1982. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, J. J., and D. HYMES. Editors. (1964). The ethnography of communication. *American Anthropologist* 66(6), pt. 2.
- GUMPERZ, J. J. (1972). *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- GUMPERZ, J. J., and S. C. LEVINSON. Editors. (1996). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAAS, M. R. (1978). “The study of American Indian languages: A brief historical sketch,” in *Language, culture, and history: Essays by Mary R. Haas*, selected and introduced by Anwar S. Dil, pp. 110–29. Stanford: Stanford University Press.
- HALL, K. (2001). “Performativity,” in *Key terms in language and culture*. Edited by A. Duranti, pp. 180–83. Boston: Blackwell.
- HANKS, W. F. (1987). Discourse genres in a theory of practice. *American Ethnologist* 14:668–92.<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- HANKS, W. F. (1990). *Referential practice: Language and lived space among the Maya*. Chicago: University of Chicago Press.
- HAVILAND, J. B. (1993). Anchoring, iconicity, and orientation in Guugu Yimithirr pointing gestures. *Journal of Linguistic Anthropology* 3:3–45.<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- HEATH, S. B. (1983). *Ways with words: Language, life, and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press.<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- HENSON, H. (1974). *British social anthropologists and language: History of separate development*. Oxford: Clarendon Press.
- HILL, J. H., and B. MANNHEIM. (1992). Language and world view. *Annual Review of Anthropology* 21:381–406.
- HOIJER, H. (1954). “The Sapir-Whorf hypothesis,” in *Language in culture: Conference on the interrelations of language and other aspects of culture*. Edited by H. Hoijer, pp. 92–105. Chicago: University of Chicago Press.
- HOIJER, H. (1961). “Anthropological linguistics,” in *Trends in European and American linguistics 1930–1960*. Edited by C. Mohrman, A. Sommerfelt, and J. Whatmough, pp. 110–25. Utrecht and Antwerp: Spectrum Publishers.
- HOLTON, Gerald. (1973). “Thematic imagination in science,” in *Thematic origins of scientific thought*. Cambridge: Harvard University Press
- HYMES, D. (1961). “Functions of speech: An evolutionary approach,” in *Anthropology and educa-*

tion. Edited by F. C. Gruber. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

HYMES, D. (1962). "The ethnography of speaking," in *Anthropology and human behavior*. Edited by T. Gladwin and W. C. Sturtevant, pp. 13–53. Washington, D.C.: Anthropological Society of Washington. (Reprinted in J. A. Fishman, *Readings in the sociology of language*, pp. 99–138. The Hague: Mouton, 1968).

HYMES, D. (1963a). Notes toward a history of linguistic anthropology. *Anthropological Linguistics* 5:59–103.

HYMES, D. (1963b). "The teaching of linguistic anthropology: Objectives and concepts of linguistic anthropology," in *The teaching of anthropology*. Edited by D. G. Mandelbaum, G. W. Lasker, and E. M. Albert, pp. 275–302. American Anthropological Association Memoir 94.

HYMES, D. Editor. (1964a). *Language in culture and society: A reader in linguistic anthropology*. New York: Harper and Row.

HYMES, D. (1964b). "General introduction," in *Language in culture and society: A reader in linguistics and anthropology*. Edited by D. Hymes, pp. xxi–xxxii. New York: Harper and Row.

HYMES, D. (1966). "Two types of linguistic relativity," in *Sociolinguistics*. Edited by W. Bright, pp. 114–67. The Hague: Mouton.

HYMES, D. (1968). "Linguistic problems in defining the concept of 'tribe,'" in *The methodology of comparative research*. Edited by J. Helm, pp. 295–341. New York: Free Press. [dh]

HYMES, D. (1970). "Linguistic methods in ethnography: Its development in the United States," in *Method and theory in linguistics*. Edited by P. L. Garvin, pp. 249–325. The Hague: Mouton.

HYMES, D. (1972a). "Models of the interaction of language and social life," in *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. Edited by J. J. Gumperz and D. Hymes, pp. 35–71. New York: Holt, Rinehart and Winston.

HYMES, D. (1972b). "On communicative competence," in *Sociolinguistics*. Edited by J. B. Pride and J. Holmes, pp. 269–85. Harmondsworth: Penguin.

HYMES, D. (1974). *Foundations in sociolinguistics: An ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

HYMES, D. (1975). "Breakthrough into performance," in *Folklore: Performance and communication*. Edited by D. Ben-Amos and K. S. Goldstein, pp. 11–74. The Hague: Mouton.

HYMES, D. (1983). "Traditions and paradigms," in *The transformational-generative paradigm and modern linguistic theory*, pp. 345–83. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.

HYMES, D. (1986). Discourse: Scope without depth. *International Journal of the Sociology of Language* 13:49–89.

- HYMES, D. (1996). *Ethnography, linguistics, narrative inequality*. London: Taylor and Francis.
- IRVINE, J. T. 1979. *Formality and informality in communicative events*. *American Anthropologist* 81:773–90.
- IRVINE, J. T. (1998). “Ideologies of honorific language,” in *Language ideologies: Practice and theory*. Edited by B. B. Schieffelin, K. A. Woolard, and P. V. Kroskrity, pp. 51–67. New York: Oxford University Press.
- JAKOBSON, R. (1960). “Closing statement: Linguistics and poetics,” in *Style in language*. Edited by T. A. Sebeok, pp. 350–77. Cambridge: MIT Press.
- KAY, P., and L. MAFFI. (2000). Color appearance and the emergence and evolution of basic color lexicons. *American Anthropologist* 101:743–60.
- KEATING, (1998). *Power sharing: Language, rank, gender, and social space in Pohnpei, Micronesia*. Oxford: Oxford University Press.
- KEENAN, E. O. (1977). “The universality of conversational implicatures,” in *Studies in language variation: Semantics, syntax, phonology, pragmatics, social situations, ethnographic approaches*. Edited by R. W. Fasold and R. W. Shuy, pp. 255–68. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- KIRSCH, P. V. (1984). *The evolution of Polynesian chiefdoms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOERNER, E. F. (1992). The Sapir-Whorf hypothesis: A preliminary history and a bibliographical essay. *Journal of Linguistic Anthropology* 2:173–98.
- KROSKRITY, P. (1998). “Arizona Tewa kiva speech as a manifestation of a dominant language ideology,” in *Language ideologies*. Edited by B. B. Schieffelin, K. Woolard, and P. Kroskrity, pp. 103–22. New York: Oxford University Press.
- KROSKRITY, P. Editor. (2000). *Regimes of language: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press.
- KUHN, T. (1962). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- KULICK, D. (1992). *Language shift and cultural reproduction: Socialization, self, and syncretism in a Papua New Guinean village*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABOC, W. (1966). *The social stratification of English in New York City*. Arlington: Center for Applied Linguistics.
- LABOV, W., and J. WALETZKY. (1966). “Narrative analysis: Oral version of personal experience,” in *Essays on the verbal and visual arts: Proceedings of the 1996 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society*. Edited by J. Helm, pp. 12–44. Seattle: University of Washington Press.

- LEACH, Edmund. 1966 (1961). *Rethinking anthropology*. London: Athlone Press/New York: Humanities Press.
- LEVINSON, S. C. (1977). *Social deixis in a Tamil village*. Ph.D. diss., University of California, Berkeley, Calif.
- LIVIA, A., and K. HALL. Editors. (1997). *Queerly phrased: Language, gender, and sexuality*. Oxford: Oxford University Press.
- LUCY, J. A. (1992). *Grammatical categories and cognition: A case study of the linguistic relativity hypothesis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LUCY, J. A. Editor. (1993). *Reflexive language: Reported speech and metapragmatics*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- MALINOWSKI, B. (1923). "The problem of meaning in primitive languages," in *The meaning of meaning*. Edited by C. K. Ogden and I. A. Richards, pp. 296–336. New York: Harcourt, Brace and World.
- MANNHEIM, Bruce, and Dennis TEDLOCK. (1995). "Introduction," in *The dialogic emergence of culture*. Edited by Dennis Tedlock and Bruce Mannheim, pp. 1–32. Urbana: University of Illinois Press. [ds]
- MEACHAN, S. S. (2001). Getting schooled: Rehabilitative practices in a Los Angeles court school. *Journal of Linguistic Anthropology* 11:274–92.
- MOORE, R. E. (1999). Endangered. *Journal of Linguistic Anthropology* 9:65–68.
- MORGAN, M. (2002). *Language, discourse, and power in African American culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MURRAY, S. O. (1993). *Theory groups and the study of language in North America*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- MURRAY, S. O. (1998). *American sociolinguistics: Theorists and theory groups*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- NEWMAYER, F. J. (1986). Has there been a "Chomskian revolution" in linguistics? *Language* 62:1–18.
- OCHS, E. (1985). "Variation and error: A sociolinguistic study of language acquisition in Samoa," in *The crosslinguistic study of language acquisition*, vol. 1. Edited by D. I. Slobin, pp. 783–838. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- OCHS, E., and L CAPPS. (1996). Narrating the self. *Annual Review of Anthropology* 25:19–43. *Current anthropology* Volume 44, Number 3, June 2003
- OCHS, E., and L CAPPS. (2001). *Living narrative: Creatives lives in everyday storytelling*. Cambridge: Harvard University Press.

OCHS, E., SCHEGLOFF, and S. A. THOMPSON. Editors. (1996). *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.

OCHS, E., and B. B. SCHIEFFELIN. (1984). "Language acquisition and socialization: Three developmental stories and their implications," in *Culture theory: Essays on mind, self, and emotion*. Edited by R. A. Shweder and R. A. LeVine, pp. 276–320. Cambridge: Cambridge University Press.

OCHS, E., and B. B. SCHIEFFELIN. (1995). "The impact of language socialization on grammatical development," in *The handbook of child language*. Edited by P. Fletcher and B. MacWhinney, pp. 73–94. Oxford: Blackwell.

PAREDES, A., and R. BAUMAN. (1972). *Towards new perspectives in folklore*. Austin: University of Texas Press.

PHILIPS, S. U. (1972). "Participant structures and communicative competence: Warm Springs children in community and classroom," in *Functions of language in the classroom*. Edited by C. B. Cazden, V. P. John, and D. Hymes, pp. 370–94. New York: Teachers College Press.

PHILIPS, S. U. (1998). *Ideology in the language of judges: How judges practice law, politics, and courtroom control*. New York: Oxford University Press.

PIKE, K. L. (1963). "The teaching of linguistic anthropology: Choices in course design," in *The teaching of anthropology*. Edited by D. G. Mandelbaum, G. W. Lasker, and E. M. Albert, pp. 315–31. American Anthropological Association Memoir 94.

RAMPTON, B. (1995). Language crossing and the problematisation of ethnicity and socialisation. *Pragmatics* 5:485–515.

ROSALDO, M. Z. (1982). The things we do with words: Ilongot speech acts and speech act theory in philosophy. *Language in Society* 11:203–37.

RUMSEY, A. (1990). Wording, meaning, and linguistic ideology. *American Anthropologist* 91:346–61. [ar]

RUMSEY, A. (2001). "Orality," in *Key words in language and culture*. Edited by A. Duranti, pp. 165–67. Malden, Mass.: Blackwell.

SACKS, H., E. SCHEGLOFF, and G. JEFFERSON. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50:696–735.

SAPIR, D. (1985). Introducing Edward Sapir. *Language in Society* 14:289–97.

SAPIR, E. (1933). La réalité psychologique des phonèmes. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* 30:247–65.

SAPIR, E. (1949a). "The psychological reality of the phoneme," in *Selected writings of Edward Sapir in language, culture, and personality*. Edited by D. G. Mandelbaum, pp. 46–60. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

- SAPIR, E. 1949b (1931). "Communication," in *Selected writings in language, culture, and personality*. Edited by David G. Mandelbaum, pp. 104–9. Berkeley: University of California Press. [ds]
- SAPIR, E. (1994). *The psychology of culture: A course of lectures*. Reconstructed and edited by Judith T. Irvine. Berlin: Mouton de Gruyter.
- SAWYER, R. K. Editor. (1997). *Creativity in performance*. Greenwich, Conn.: Ablex.
- SCHIEFFELIN, B. B. (1994). "Code-switching and language socialization: Some probable relationships," in *Pragmatics: From theory to therapy*. Edited by J. Duchan, L. E. Hewitt, and R. M. Sonnenmeier, pp. 20–42. New York: Prentice-Hall.
- SCHIEFFELIN, B. B., and P. GILMORE. (1986). *The acquisition of literacy: Ethnographic perspectives*. Norwood, N.J.: Ablex.
- SCHIEFFELIN, B. B., K. WOOLARD, and P. KROSKRITY. Editors. (1998). *Language ideologies: Practice and theory*. New York: Oxford University Press.
- SHERZER, J. (1983). *Kuna ways of speaking: An ethnographic perspective*. Austin: University of Texas Press.
- SHERZER, J., and R. DARNELL. (1972). "Outline guide for the ethnographic study of speech use," in *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. Edited by J. J. Gumperz and D. Hymes, pp. 548–54. New York: Holt, Rinehart and Winston. [SEP]
- SIDNELL, J. (1997). Organizing social and spatial location: Elicitations in Indo-Guyanese village talk. *Journal of Linguistic Anthropology* 7:143–65. [SEP]
- SILVERSTEIN, M. (1976). "Shifters, linguistic categories, and cultural description," in *Meaning in anthropology*. Edited by K. H. Basso and H. A. Selby, pp. 11–56. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- SILVERSTEIN, M. 1977). "Cultural prerequisites to grammatical analysis," in *Linguistics and anthropology: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1977*. Edited by M. Saville-Troike, pp. 139–51. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- SILVERSTEIN, M. (1979). "Language structure and linguistic ideology," in *The elements: A parasesion on linguistic units and levels*, April 20–21, 1979. Edited by P. Clyne et al., pp. 193–247. Chicago: Chicago Linguistic Society. [ar]
- SILVERSTEIN, M. (1986). "The diachrony of Sapir's synchronic linguistic description," in *New perspectives in language, culture, and personality: Proceedings of the Edward Sapir Centenary Conference*, Ottawa, 1–3 October 1984. Edited by W. Cowan, M. K. Foster, and K. Koerner, pp. 67–110. Amsterdam: John Benjamins.
- SILVERSTEIN, M. (1993). "Metapragmatic discourse and metapragmatic function," in *Reflexive*

*language*. Edited by J. Lucy, pp. 33–58. New York: Cambridge University Press.

SILVERSTEIN, M. 2001 (1981). “The limits of awareness,” in *Linguistic anthropology: A reader*. Edited by A. Duranti. Malden, Mass.: Blackwell.

SILVERSTEIN, M., and G. URBAN. Editors. (1996). *Natural histories of discourse*. Chicago: University of Chicago Press.

SPITULNIK, D. (2002). “Accessing ‘local’ modernities: Reflections on the place of linguistic evidence in ethnography,” in *Critically modern: Alternatives, alterities, anthropologies*. Edited by Bruce M. Knauft, pp. 194–219. Bloomington: Indiana University Press. [

STOCKING, G. W. (1974). “The Boas plan for the study of American Indian languages,” in *Studies in the history of linguistics: Traditions and paradigms*. Edited by D. Hymes, pp. 454–83. Bloomington: Indiana University Press.

STREECK, J. (1993). Gesture as communication 1: Its coordination with gaze and speech. *Communication Monographs* 60: 275–99.

STREECK, J. 1994. Gesture as communication 2: The audience as co-author. *Research on Language and Social Interaction* 27: 239–67.

STREET, B. V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

STROUD, C. (1992). The problem of intention and meaning in code-switching. *Text* 12:127–55.

TEDLOCK, D. (1983). *The spoken word and the work of interpretation*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

TRECHTER, S., and M. BUCHOLTZ. Editors. (2001). Discourses on whiteness. *Journal of Linguistic Anthropology* 11(1).

TYLER, S. (1969). *Cognitive anthropology*. New York: Holt, Rinehart and Winston.<sup>[1]</sup>

URBAN, G. (1996). *Metaphysical community: The interplay of the senses and the intellect*. Austin: University of Texas Press.

VOEGELIN, C. F. (1952). The Boas plan for the presentation of American Indian languages. *Proceedings of the American Philosophical Society* 96:439–51.<sup>[1]</sup>

VOEGELIN, C. F. (1961). “Anthropological linguistics in the context of other fields of linguistics,” in *A William Cameron Townsend en el vigésimoquinto aniversario del Instituto Lingüístico de Verano*. México, D.F.

VOEGELIN, C. F., and Z. S. HARRIS. (1952). Training in anthropological linguistics. *American Anthropologist* 54: 322–27.

VOLOSHINOV, V. N. (1971). “Reported speech,” in *Readings in Russian poetics: Formalist and*

*structuralist views*. Edited by L. Matejka and K. Pomorska, pp. 149–75. Cambridge: MIT Press.

WATSON-GECEO, K., and G. WHITE. Editors. (1990). *Disentangling: Conflict discourse in Pacific societies*. Stanford: Stanford University Press.

WHORF, B. L. (1941). “The relation of habitual thought and behavior in language,” in *Language, culture, and personality: Essays in honor of Edward Sapir*. Edited by L. Spier, A. I. Hal lowell, and S. S. Newman, pp. 75–93. Menasha, Wis.: Sapir Memorial Publication.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

WITKOWSKI, S. R., and C. BROWN. (1978). Lexical universals. *Annual Review of Anthropology* 7:427–51.

WOOLARD, K. A., and B. B. Schieffelin. (1994). Language ideology. *Annual Review of Anthropology* 23:55–82.

ZENTELLA, A. C. (1997). *Growing up bilingual: Puerto Rican children in New York*. Oxford: Blackwell.

*Submetido em: 25/08/2022*

*Aceito em: 23/09/2022*